

# Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 22 DE JUNHO DE 1972

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRÜGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

### COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.  
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.  
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).  
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.  
2.º SECRETÁRIO — Quêlse Crisóstomo.  
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).  
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

## COMISSÕES PERMANENTES

### 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

#### COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;  
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho  
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)  
1.º Secretário — Ivo Tomazoni  
2.º Secretário — Quêlse Crisóstomo da Silva  
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)  
4.º Secretário — Rosário Pitelli

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz  
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)  
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

##### SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli  
Vice-Presidente — Antonio Belinatti  
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

##### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### TITULARES

- Presidente — Jorge Sato  
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.  
SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

##### TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.  
SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.  
SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

##### SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.  
MDB

##### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

##### TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.  
SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

##### TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.  
COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

##### TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.  
SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Major.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.  
SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

##### TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.  
SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

#### COMISSÃO DE TURISMO

##### TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.  
SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).



**2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura**  
**Ata da 87.<sup>a</sup> Sessão (Extraordinária)**  
**Realizada em 22 de Junho de 1972 - (Quinta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quilse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Fabiano Braga Côrtes, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruct, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Alvaro Dias, Hélio Manfrinato e Paulo Poli. (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA** destinada à apreciação de Votos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido. Está, neste momento, sendo recepcionado no Salão Nobre, 3.<sup>o</sup> andar, S. Exa. o Sr. Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Áustria no Brasil.

Os Srs. Deputados que desejarem cumprimentá-lo dirijam-se às dependências do Salão Nobre deste Poder.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição n. 46-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n. 143-71, de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, que autoriza o Poder Executivo a construir um prédio de alvenaria para a Delegacia de Polícia de Cianorte. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a honra de comunicar aos Srs. Deputados, a presença neste Plenário, do Sr. Friedrich Hamllmayr, Embaixador Plenipotenciário da Áustria, no Brasil, e esta Presidência tem a honra de transmitir ao ilustre visitante, todo o apreço que os brasileiros têm para com o País representado por Sua Excelência, e na oportunidade também a Presidência deseja afirmar que se sente honrada com tão significativa e ilustre visita.

Era o que tinha a anunciar, a Presidência.

**2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura**  
**Ata da 88.<sup>a</sup> Sessão Ordinária**  
**Realizada em 22 de Junho de 1972 - (Quinta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quilse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Fabiano Braga Côrtes, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruct, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Alvaro Dias, Hélio Manfrinato e Paulo Poli. (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **S E S S Ã O**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte **E X P E D I E N T E**:

**CARTA:**

— Do Senhor Heroldo Leon Peres, colocando-se à disposição desta Assembleia, para qualquer esclarecimento quando da apreciação das contas do exercício do seu governo. — Ao conhecimento da Casa.

**EMENDA:**

**EMENDA N. 1**

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n.º 59-72

Art. 1.<sup>o</sup> — A Secretaria de Agricultura concederá subvenções destinadas às atividades agropecuárias, às associações sem fins lucrativos que se proponham a executar planos e projetos que visem a redução dos custos de produção e ao aumento de produtividade.

§ único — Os planos e projetos, para as finalidades desta Lei, deverão ser recomendados ou aprovados pelos órgãos técnicos oficiais, ou oficializados.

Art. 2.<sup>o</sup> — As subvenções a que se refere a presente Lei, terão por objetivo atender às seguintes despesas:

1 — até 100% (cem por cento) dos juros que incidirem sobre os financiamentos feitos;

a — para a aquisição de reprodutores, sementes, mudas, fertilizantes químicos, corretivos do solo e demais fatores de produção;

b — para a importação de reprodutores bovinos, ovínos e suínos, feita ao exterior, com a intervenção do Governo estadual;

c — para a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas destinados ao patrimônio das associações agropecuárias (tratores e implementos, colheitadeiras, retro-escavadeiras, entalpeiras, pulverizadores, polvilhadeiras, equipamentos de irrigação, etc.).

2 — até 100% (cem por cento) dos juros que incidirem sobre financiamentos de mudas de árvores frutíferas de clima temperado, no período de carência.

3 — Frete relativo ao transporte de fertilizantes químicos e corretivos adquiridos no País, até o limite do valor do insumo por tonelada quilômetro, a especificar:

a — em condições idênticas de preço e qualidade do calcário ou fertilizante de procedência interestadual, será dada preferência ao produto paranaense;

b — o preço da tonelada quilômetro será corrigido sempre que houver majoração nos fatores de custo que o determinam;

c — os produtos adquiridos pelas associações, mediante convênio, serão destinados ao uso dos associados;

d — a venda a terceiros, dos materiais e equipamento objetos do convênio, dependerá da autorização da Secretaria da Agricultura, que se reservará no caso, se assim recomendar o interessado público, à repartição das quantias.

Art. 3.<sup>o</sup> — As subvenções ajustadas, poderão ser fornecidas da maneira seguinte:

a — por adiantamento, à vista do plano de aplicação, aprovado pelo técnico supervisor, com prazo de 60 (sessenta) dias, com os documentos originais da despesa;

b — a posteriori, à vista dos documentos referidos na alínea anterior.

Art. 4.<sup>o</sup> — Tanto os convênios como as prestações de contas das entregas de numerário feito, serão submetidos ao exame e julgamento do Tribunal de Contas, na forma da Legislação e regulamentos vigentes.

Art. 5.<sup>o</sup> — Os benefícios previstos no art. 2.<sup>o</sup>, alínea n. 1, "B" poderão ser estendidos, excepcionalmente, aos empresários rurais em geral quando estes forem notoriamente especializados na criação de gado de raça destinada à melhoria dos rebanhos locais e produtores de sementes e mudas.

Art. 6.<sup>o</sup> — Os recursos orçamentários destinados à execução da presente Lei, serão reunidos em dotação global, à conta da consignação 3.2.20 (Subvenções Econômicas), sob a denominação genérica de Fundo de Estímulo à Produtividade.

Art. 7.<sup>o</sup> — Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo, no corrente exercício para atender as despesas da presente Lei, consignar no Orçamento de 1973, em benefício do FEPRO, os recursos destinados à conservação deste Plano de Lei.

Art. 8.<sup>o</sup> — Esta Lei entrará em vigor, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1972.

(a) Nivaldo Krüger

**PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO**

O art. 15, da Constituição, face à Emenda n. 3, à Constituição Federal, passa a ter a redação seguinte:

"Art. 15 — A Assembléia Legislativa reunir-se-á, anualmente, na Capital do Estado, de 1.<sup>o</sup> de março a 30 de junho e de 1.<sup>o</sup> de agosto a 5 de dezembro".

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1972.

(aa) — Luiz Roberto Soares, Armando Queiroz, Gabriel Manoel, Borsari Neto, Emílio Carazzai, João Mansur, Ivo Tomazoni, Paulo Camargo, Francisco Escorsin, Leopoldo Jacomet, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Lopes Júnior, Domicio Scaramella, Marciano Baraniuk, Cândido Martins de Oliveira, Pinto Dias, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Igo Losso, Ovidio Franzoni, Nivaldo Krüger, Arizone Araújo.

**HEQUERIMENTOS:**

**Requerimento**

— De autoria do Senhor Deputado João Mansur, solicitando Dispensa de Publicação da Redação Final ao Projeto de Lei n. 244-70.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento, na data de ontem, na Cidade de Araucária, do Senhor Joanim Sperandio, pessoa considerada no conceito do povo daquela cidade.

Outrossim, solicita o signatário, após a decisão do Plenário, seja comunicada à família enlutada, na pessoa de Dona Elvira Sperandio.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1972.

(a) Leopoldo Jacomet

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer seja enderegado ao Exmo. Sr. Filinto Müller, DD. Presidente do Diretório Nacional da ARENA, um apelo no sentido de que, juntamente com a cúpula partidária e autoridades federais seja encontrada uma solução legal e viável, tendente a proteger a honrabilidade pessoal e funcional dos militantes políticos, especialmente no período pré-eleitoral, quando acusações e processos judiciais de fundamento falso são promovidos contra cidadãos de conduta inatacável, com o fim de abalar-lhes o prestígio perante a comunidade.

É infelizmente prática habitual entre maus brasileiros, a utilização da difamação como arma de combate eleitoral, que tem retirado da vida pública de ilustres líderes vitimados por tão condenável expediente.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1972.

a) Maurício Baraniuk

**Requerimento**

Senhor Presidente:

Requero da Mesa as providências que se fizerem necessárias no sentido que o "Pedido de Informações" de minha autoria, ontem aprovado neste Plenário, seja enderegado ao Sr. Secretário de Justiça — a quem cabe prestar as informações desejadas — e não ao Sr. Secretário da Segurança, como foi proposto.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1972.

a) Erondy Silvério



## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e de acordo com o Regimento Interno, requer, a V. Excia., que encaminhe apelo ao Ministro Jarbas Passarinho, da Educação, ao Doutor Roberto Linhares, Secretário de Educação e Cultura, e ao Reitor Ascêncio Garcia Lopes, da Universidade de Londrina, no sentido de que seja criada a Faculdade de Agronomia de Londrina, objetivando atender a grande massa de estudantes daquela comuna.

Celeiro da produção agrícola do Paraná, o Município de Londrina insere em sua juventude, o amor à terra e o estudo das coisas referentes ao campo. Daí a grande convergência de estudantes para as capitais do Paraná e São Paulo, onde vão em busca de escolas que se dediquem à agronomia.

A criação do Instituto Agronômico de Londrina já em fase de implantação, somente será complementada se, a par das análises e pesquisas a serem empreendidas, se prepare, também, uma juventude técnica que aproveite aqueles resultados. Para isso há necessidade de se dar a Londrina uma Faculdade de Agronomia, que irá complementar o campus Universitários já existentes.

A faculdade de Agronomia de Londrina, se criada, irá impedir o deslocamento de jovens para outras cidades e aparelhar a técnica agrônoma daquele Município e região.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1972.

a) Antonio Belinati

## Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro, à Mesa, regimentalmente, ouvido o Plenário, a transcrição na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje de editorial publicado no jornal "O DEBATE", editado na cidade de Irtati, de autoria de José Maria Orreda, sob o título "MONUMENTO DE AMOR".

No referido trabalho o editorialista analisa com grande propriedade o magnífico trabalho que se realiza em Irtati pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, e que no último dia 17 do corrente, inaugurou sua nova e moderna sede, rumo exemplo de união e de trabalho.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao homenageado.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1972.

a) Maurício Fruct

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, solicita seja encaminhado ao Senhor Ministro dos Transportes, o pronunciamento anexo, sobre projeto de construção de ferrovia.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1972.

a) Nivaldo Krüger

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, veementemente apelo no sentido de que seja concedida anistia das multas, juros e correção monetária referentes a lançamentos levados a efeito pelo I.B.R.A., atualmente substituído em suas atribuições pelo I.N.C.R.A.

Tal pedido deve-se ao fato de que, atualmente, com o Recadastramento Rural que está sendo efetuado pelo INCRA, é oportuna a legalização da situação de milhares de proprietários agrícolas que, por motivos diversos, permaneceram em débito no que diz respeito aos impostos incidentes sobre as suas terras, das quais colhem laboriosamente o seu sustento, às vezes com grande dificuldade.

Ao se considerar que os objetivos principais do I.N.C.R.A. visam a melhoria da situação do homem do campo e que se constituiu toda uma nova estrutura para dinamizar as ações nesse sentido, quer nos parecer oportuno que proporcione a todos condições de regularizar a situação de suas propriedades, facilitando-lhes o pagamento dos impostos em atraso, sem qualquer das sanções previstas.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1972.

a) Domício Scaramella

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe apelo aos Excelentíssimos Senhores Ministro da Fazenda e Agricultura, e ao Presidente da Comissão de Financiamento à Produção do Ministério da Fazenda, no sentido de que determinem providências para a fixação de preço mínimo na comercialização da menta.

A ausência do preço mínimo vem acarretando violentas oscilações das cotações internas do produto, fato que tem desestimulado os produtores da Região Norte do Estado, em proveito dos grupos internacionais que monopolizam esse comércio.

Respondendo por aproximadamente 85 por cento da produção mundial, o produtor paranaense permanece violentamente espoliado pela ação nociva de grupos internacionais que teimam em manter uma posição exploradora no jogo das forças do mercado. Esse fato se verifica porque o agricultor não conta com a garantia de preço mínimo, nem tem qualquer tipo de estímulo. Do preço de 16 dólares e 16 cents fixado no mercado internacional, a menta, em sua forma cristalizada, hoje gira em torno de US\$ 7,71. Daí a razão do quilo do óleo ser comprado, em 1971, dos produtores a Cr\$ 43,50 e em maio de 1972, ser fixado pelos grupos que monopolizam esse comércio, a Cr\$ 25,00.

Cultura altamente sofisticada, exigindo cuidados especiais e uma presença intensa de mão-de-obra, a menta requer cuidado direto e permanente do homem, que não pode utilizar em grande escala qualquer forma de mecanização agrícola para o seu trato. Para uma área de 50 alqueires, torna-se necessário o uso de, pelo menos, 22 famílias, num custo dos mais elevados, mas que seria compensador se não houvesse a ação atravessadora dos grupos internacionais que monopolizam o setor. E por outro lado, os desestímulos para a cultura da menta partem até mesmo de setores oficiais, que lhe dão menores financiamentos do que a soja ou algodão.

A intervenção governamental é imperiosa e urgente, tanto na fixação dos preços mínimos, como na garantia e proteção dos interesses dessa lavoura contra a ação de grupos alienígenas.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1972.

a) Sebastião Rodrigues Júnior

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe apelo ao titular da Secretaria de Educação e Cultura e ao Superintendente da FUN-DEPAR, no sentido de que determinem a construção de um prédio para o funcionamento do Ginásio Estadual de Verê.

Este apelo é resultante da manifestação de vários setores daquela comuna, principalmente do Poder Executivo e Comissão Municipal de Educação, que já externaram suas preocupações em torno do assunto. Atualmente, o Ginásio Estadual vem funcionando no acanhado e inadequado prédio do Grupo Escolar São João Batista de La Salle, constituindo-se no único daquela comuna e no qual estão matriculados 260 alunos.

A utilização de salas de aula do Grupo Escolar, por parte do Ginásio, está ocasionando uma série de problemas, uma vez que nele estão matriculados cerca de 3 mil alunos. Esta preocupação é hoje maior tendo-se em vista a Reforma do Ensino, que manda adotar-se cursos profissionais e, conseqüentemente, com a utilização de novas salas.

Por ser justa aquela reivindicação, aguardamos o pronunciamento de nossas autoridades responsáveis pelo ensino.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1972.

a) Sebastião Rodrigues Júnior

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., no sentido de que estudem a possibilidade da concessão de financiamento prioritário aos produtores de menta no Estado, para a estocagem daquela cultura, objetivando impedir as violentas oscilações das cotações internas, cujos preços vêm desestimulando aos lavradores, em proveito de grupos internacionais em sua ação atravessadora.

Respondendo por aproximadamente 85 por cento da produção mundial, o produtor paranaense de menta não vem sendo convenientemente assistido pelos setores oficiais, tanto na fixação do preço mínimo, como na manipulação do comércio nacional e internacional, e no financiamento da produção.

Cultura altamente sofisticada, exigindo presença intensa de mão-de-obra, a menta poderia receber do Banco do Estado do Paraná S.A. uma atenção especial, principalmente por ocasião de sua estocagem, para impedir o aviltamento de seu preço.

Produto expressivo na pauta das exportações brasileiras, cuja renda somente nas duas últimas semanas de maio, deu ao País US\$ 3.023.527, a menta merece a atenção dos poderes públicos e de nossos organismos de crédito.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1972.

a) Sebastião Rodrigues Júnior

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que determine a transcrição nos Anais desta Casa, das reportagens "Menta, uma riqueza nacional desconhecida" e "Lavrador explorado por grupos internacionais" escritas pelo jornalista Hélio Duque e inseridas nas edições de 11.6.72 e 13.6.72 do jornal "Fôlha de Londrina".

As referidas reportagens, verdadeiros libelos contra a ação atravessadora de grupos internacionais na comercialização daquele produto, do qual o Brasil responde por 85 por cento da produção mundial, enfoca, pela primeira vez na imprensa nacional, dados e informes técnicos de alta relevância para o estudo daquela cultura.

A seriedade do assunto tratado, a importância daquele produto no complexo sócio-econômico paranaense e a atenção que o jornalista desperta às nossas autoridades responsáveis, faz necessário que referidas matérias constem de nossos Anais.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1972.

a) Sebastião Rodrigues Júnior

## Requerimento

Senhor Presidente:

Na qualidade de Líder da ARENA nesta Assembléia, indico para compor a Comissão Especial de Emenda à Constituição Estadual os Deputados — como membros efetivos:

Armando Queiroz

Luiz Roberto Soares

Cândido Manoel

Antônio Lopes Júnior

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1972.

a) João Mansur

## Requerimento

Senhor Presidente:

Na qualidade de Líder do MDB, nesta Assembléia, indico para compor a Comissão Especial de Emenda à Constituição Estadual, o Deputado, — como membro efetivo:

Sebastião Rodrigues Júnior

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1972.

a) Sebastião Rodrigues Júnior

## PROJETO DE LEI:

## PROJETO DE LEI N. 94-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Tenda Espirita Yoriel, com sede e fóro nesta Capital.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1972.

a) Erondy Silvério

## JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública é uma sociedade civil com personalidade jurídica, com caráter religioso e filantrópico. Visa ainda manter com todas as organizações espirituais a mais estrita cordialidade, promovendo quanto possível a união através o intercâmbio cul-



tural e espiritual, e procurando por todos os meios a exaltação das virtudes e repúdio aos vícios e incentivar o espírito cívico e patriótico de seus associados, bem como dar atendimento social a todos que dela se socorrem.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.  
No pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Maurício Fruet, primeiro orador inscrito.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, eminentes Deputados.  
Tivemos a oportunidade de observar o plano de Governo apresentado e distribuído a todos os Srs. Deputados e notou-se ali a preocupação do Governador do Estado em promover o desenvolvimento da industrialização do Estado do Paraná, oferecendo melhores condições a empresários de todo o Brasil para que aqui se estabelecessem a iniciassem as suas atividades, proporcionando melhores condições de vida ao nosso povo e em decorrência, principalmente, de melhores empregos que seriam facultados por estas novas indústrias. Porém, aqui mesmo, nesta Casa, todos os Srs. Deputados se pronunciaram favoravelmente a que se ofereça condições de incentivo para a implantação de novas indústrias no Paraná, mas o que ocorre, infelizmente, na hora dos fatores práticos desses esquemas de implantação de novas indústrias são verdadeiras frustrações porque paramos os empresários; os financiamentos oferecidos pelo Estado, infelizmente não reúnem condições ideais para que aqui estas indústrias possam se estabelecer e não são poucos os industriais que se queixam de, até certa forma, de uma má vontade por parte dos poderes públicos em oferecerem condições para implantação destas indústrias. Irei nos referir hoje, rapidamente a uma indústria pioneira, não no Paraná, mas uma indústria pioneira em todo o Brasil que está se implantando em Curitiba. Uma fábrica de tratores localizada no bairro de Higienópolis. Esta se localizava anteriormente no vizinho Estado de Santa Catarina e há oito anos atrás construiu um protótipo que submetido às mais diferentes provas realizou as mais estupendas apresentações, reunindo condições ideais para produção em massa no Paraná e tivemos oportunidade, atendendo a convite do seu proprietário, de visitar a referida indústria e ali sentirmos os dramas e os problemas que este proprietário enfrenta para fazer com que sua indústria possa efetivamente progredir e oferecer melhores condições de emprego ao povo paranaense. E tomamos a liberdade de consultar as duas lideranças e de sugerir através de Requerimento dirigido à Mesa neste momento, que se constituísse nesta Assembleia Legislativa uma Comissão Especial de Deputados para, simplesmente, atendendo à solicitação do proprietário desta fábrica de tratores, conhecer a instalação desta indústria e inclusive muitos dos Srs. Deputados sabem perfeitamente e conhecem a técnica de manejo de tratores, poderão observar a simplicidade com que estes tratores são construídos e as condições especiais que os mesmos oferecem ao agricultor e mesmo aos demais setores de administração. Por isso gostaríamos que esta Comissão fosse constituída, marcada uma hora e data a ser designada a fim de que os Srs. Deputados pudessem tomar contato com esta fábrica e ao mesmo tempo, numa palestra franca e cordial sentirem aquilo que nós da Assembleia Legislativa poderemos oferecer, não só a este proprietário mas a outras indústrias similares, no sentido de que efetivamente o Governo do Estado, preste uma assistência objetiva, fazendo com que os empresários de todo o Brasil dirijam-se ao Paraná porque sabem que em nosso Estado irão contar com o apoio decisivo dos poderes constituídos, irão simplesmente receber apoio e não promessas vãs, que de há muito não correspondem aos anseios dos industriais. (Lendo):

“Senhor Presidente:

Considerando:

1. A necessidade do Estado estimular a implantação de indústrias no Paraná;
2. A obrigação desta Assembleia Legislativa, em, simultaneamente exercer ação incentivadora neste sentido, já demonstrada em diversas oportunidades;
3. O início de atividades, em Curitiba, de indústria pioneira na Nação, que se propõe a construir com técnica própria, a primeira indústria de trator exclusivamente brasileiro;
4. A importância do fato para o desenvolvimento do parque industrial paranaense;
5. O interesse demonstrado pelo seu proprietário em que os integrantes desta Casa tenham oportunidade de conhecer suas instalações.

Requeiro à Mesa, regimentalmente, aprovado o presente, e ouvida as lideranças, seja constituída uma Comissão de Deputados para visitarem as instalações da referida fábrica, estendendo-se o convite à todos os parlamentares, em dia e hora a ser estabelecido.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1972.

a) Maurício Fruet”.

Simplesmente prometer-se e afirmar-se que os Estados oferecem condições ideais para a implantação de indústrias, simplesmente afirmar-se que os bancos de desenvolvimento oferecem juros menores que outros financiadores particulares, de nada resulta. O que é importante é sentir o drama e oferecer um incentivo de ordem prática, a todos os que aqui desejarem se estabelecer. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — No pequeno Expediente concedo a palavra ao nobre Deputado Nivaldo Krüger, segundo orador inscrito.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Desejo encaminhar um requerimento ao Ministro dos Transportes e passarei à leitura de uma pequena argumentação em torno de importante assunto para a nossa região e para o nosso Estado do Paraná. (Lendo) “Aproximando-se a data comemorativa do 1.º centenário do projeto dos “CAMINHOS DE FERRO PARA MATO GROSSO E BOLÍVIA” que devemos ao grande Engenheiro MONTEIRO TOURINHO, segundo a edição de fevereiro de 1876, tornou-se oportuno lembrar, com a HISTÓRIA DO PARANÁ, de Romário Martins, que MONTEIRO TOURINHO toma o traçado do Eng.º WILLIAM LLOYD no vale do Iguazu (quilômetros 79) e prolonga a linha por este vale buscando GUARAPUAVA, as nascentes do Piquiri, descendo pelo vale deste até a sua confluência no Paraná e por este rio até os saltos das Sete Quedas, defronte do Iguaçu, prolongando-se ao ponto do Paraná até atingir o caminho de ferro de TACNA que conduz ao porto de ARICA, no Peru”.

Este programa rodoviário elaborado no século passado, 1876, ontem com a presença do Sr. Secretário da Fazenda nesta Casa, lembrando a importância ou o programa do Estado de dar seguimento a este projeto um século depois, achamos oportuno reforçarmos esta idéia do Governo Paranaense.

No projeto, o Eng.º MONTEIRO TOURINHO pergunta:

“Onde deve ficar situada a OMAHA da América do Sul? Onde lançar os fundamentos da estação central do primeiro caminho de ferro transoceânico da América neo-latina? e responde...

“Resitaria CIUDAD REAL. Será na América do Sul, simultaneamente

OMAHA e NIAGARA — FALLS; estação central do caminho de ferro transoceânico e cidade de prazer onde o turista virá admirar a mais bela cascata do mundo”...

Em sua autobiografia o VISCONDE DE MAUÁ reafirma o seu interesse nessa mesma época: “ao grande pensamento que me arrastava com entusiasmo a ESTRADA DE FERRO DO PARANÁ A MATO GROSSO, com seu complemento ulterior em direção ao centro da Bolívia”. ... também passando por GUARAPUAVA.

Por decretos n.º 256 e 957, de 1920, o Estado do Paraná concede vasta área de terras no Sudoeste à Cia. BRASILEIRA DE VIAÇÃO E COMÉRCIO e mais tarde, transferia essas glebas de Missões e Chopim à ESTRADA DE FERRO DE SÃO PAULO — RIO GRANDE, pelo Decreto Estadual n.º 737, de 1.º de julho de 1928, com a condição da extensão de suas linhas férreas, desde RIOZINHO A GUARAPUAVA e ao OESTE!...”

Quando se fala em corredores de exportação, não podemos de forma alguma, prescindir dessa importante ferrovia que trará toda a pujança do Estado de Mato Grosso ao Porto de Paranaguá, através do Centro-Oeste paranaense, passando pela cidade de Guarapuava, Cascavel e assim por diante, dando no Centro do Estado de Mato Grosso e ligando ao sistema ferroviário da Bolívia.

O celebrado Decreto Lei 300, de 11 de novembro de 1930 anulou a concessão do Estado, mas as terras acabaram incorporadas ao patrimônio Nacional, sem a construção da ESTRADA DE FERRO DO OESTE DO PARANÁ só mais tarde, incluída como projetada no PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO.

E que já há CINQUENTA anos, como no século passado, o ESTADO DO PARANÁ não queria ser apenas o “corredor de ligação” SÃO PAULO — RIO GRANDE” sem nenhuma estrada de penetração, na sua vasta interlândia fertilíssima.

Vejam, Srs. Deputados, a visão dos estadistas do século passado; não se prendia a um momento tão somente e também não se predia unicamente a quesões imediatistas. Tinham visão ampla. Sonhar com uma estrada desta importância e desta magnitude, naquela época realmente era sonhador quando não se dispunha de máquinas ou que se contava apenas com o trabalho manual, para construção de rodovia desta importância.

“Como documento histórico de rara valia, apresentamos o PLANO DE VIAÇÃO FERROVIÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ em cartograma de 1934, há QUARENTA ANOS atrás, onde estão perfeitamente definidas as diretrizes ferroviárias do mais alto interesse para o desenvolvimento econômico do Paraná, todas elas em busca das regiões produtoras por excelência: o NORTE E O OESTE do Paraná.

Agora, quando a afirmação do BRASIL no comércio exterior depende essencialmente da exportação dos enormes excedentes agrícolas paranaenses, pois não consumimos sequer a metade das gigantescas safras que produzimos, é consolador verificar que a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA ao aprovar o PLANO DE EMERGENCIA — 1972-1975 para a execução prioritária dos CORRETORES DE TRANSPORTES destinados à exportação, deu a devida consideração ao centenário projeto do RAMAL DE GUARAPUAVA, para o seu prolongamento em direção ao Oeste.

Resta-nos apelar que a execução destas diretrizes superiores, não seja mais uma vez postergada, mormente agora, em que além dos recursos nacionais, conta-se com vultosos financiamentos externos para a sua realização”.

O Visconde de Guarapuava e cujo busto se encontra numa das praças desta Capital, e líderes do século passado, Deputados guarapuavanos, vinham, naquele tempo antigo, pelas estradas poeirentas conduzindo as reivindicações do povo daquela região que se estendia até às costas do Rio Paraná, Município que tinha os seus limites encostados ao Estado de Mato Grosso, vinham e, reivindicando, obtiveram um plano que agora, um século depois, tem a sua validade reconhecida.

Quero, secundando os homens que já desapareceram mas que a história cultua, como representante daquela mesma área, dizer que eles foram magníficos para o Paraná, para nossa região e para nossa Pátria.

E apelo ao Governo da República, confirmando os anseios do Visconde de Guarapuava e dos líderes paranaenses que residiram naquele Município, apelo para a construção desta importante ferrovia. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro inscrito para o pequeno Expediente, Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a Tribuna na tarde de hoje para abordarmos dois assuntos. O primeiro para comunicar a esta Casa que há dias passados fizemos qui, desta mesma Tribuna, uma denúncia sobre uma manobra baixista que se fez, através da Bolsa de Mercados de São Paulo, na cotação do algodão.

Esta denúncia, que inicialmente havia partido do Sindicato Rural de Cornélio Procopio foi tomando corpo, sendo abordada na Câmara Federal, onde foi acolhida por parte dos Deputados Federais. Nesta Casa, também tivemos a honra e o prazer de fazer a apreciação de um Requerimento que recebeu o apoio de todos os Deputados, principalmente do Deputado Antônio Lopes Jr. que, colaborando conosco, apresentou uma série de argumentos, o que nos faz crer que realmente há qualquer coisa que vem prejudicando aos lavradores, principalmente aos cotonocultores do Paraná.

Hoje, felizmente, recebi notícia, através de jornais, de que o ilustre Sr. Ministro da Agricultura tomou as devidas providências, determinando que a CACEX fizesse uma investigação na Bolsa de Mercados de São Paulo, a fim de averiguar irregularidades ali contidas.

E esta conjugação de esforços, esta colaboração de todos que faz com que as classes produtoras recebam pelo menos um pouco mais de atenção.

Nesta oportunidade queremos nos congratular com o Ministro Cirne Lima por esta magnífica decisão de interferir na Bolsa de Mercados de São Paulo, trazendo inúmeros benefícios para as nossas classes produtoras, demonstrando mais uma vez que o honrado e decente Governo da Revolução tudo tem feito para amparar as nossas classes produtoras.

Outro assunto que queremos abordar a Tribuna é o que se refere à BR-369, essa estrada que corta todo o Paraná e que, inúmeras vezes, tem ocasionado acidentes lamentáveis, exclusivamente pela deficiência da sua conservação.

Nesse sentido, desejamos enviar ofício ao Sr. Presidente do DER, com o seguinte teor: (Lendo):

“Senhor Presidente:

O Deputado, que o presente subscreve, requer, após ouvido o Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Diretor do D.E.R. solicitando sejam feitos reparos de conservação na BR-369.

Rodovia das mais importantes do Estado, no que tange ao escoamento da produção agrícola do interior norte para o nosso porto, está em situação muito precária em todo o seu percurso. Em vários trechos em todo o seu correr, há defeito na via de asfalto e seu acostamento tem muito a desejar. Existe mesmo parte da estrada em que a faixa de acostamento não oferece a menor condição de uso.



A pouca sinalização existente nada representa para uma estrada onde as perigosas serras e curvas são uma constante. Reconhecemos poder haver dificuldades de recursos para soluções ideais, mas julgamos que todo o esforço deve ser feito para procurar minorar uma situação alíftiva que tem ceifado a vida de muitos. A maioria de acidentes pode ser creditada à conta das deficiências da estrada. O nosso apelo ainda se estende para o asfaltamento dos acostamentos nas lombadas e curvas de maior intensidade para o trânsito de veículos lentos.

As medidas aqui sugeridas trazem em nosso entender, segurança maior para todos que da estrada se servem, evitando a incidência de lastimáveis desastres.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1972.

(a) ROSÁRIO PITELLI".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós que viajamos semanalmente por essa estrada, temos oportunidade de verificar "in loco" que, realmente, ela apresenta uma série de defeitos. E não somos somente nós que afirmamos isso. Ainda ontem, o jornal "Folha de Londrina" trazia o seguinte editorial:

"O Presidente da Câmara de Vereadores, Sr. Zildo Bacarin, lançou um movimento entre os Prefeitos e Vereadores de todo o Norte do Paraná servido pela BR-369, no sentido de sensibilizar as autoridades visando uma solução imediata para o problema da importante rodovia, cujo trecho paranaense, em sua grande parte, encontra-se em situação lastimável. Ao mesmo tempo, o movimento reivindicou a duplicação da rodovia onde é maior o seu movimento, isto é, de Londrina a Apucarana. Tudo o que se conseguiu, todavia, foi uma reunião de Prefeitos e Edis com alguns representantes do DER, que, logo no início do encontro, afirmaram serem mínimas as possibilidades de atendimento das reivindicações por absoluta carência de recursos.

O esforço valeu a pena, quando não pelo que teve de denunciador de uma situação das mais calamitosas. É inacreditável que uma rodovia da importância da BR-369, verdadeiro escaudouro das riquezas do setentrão, permaneça com trechos no estado de calamidade em que se encontra. Além disso, é mesmo até criminoso a falta de sinalização ao longo de toda a rodovia: As poucas placas existentes estão encobertas por um vasto matagal que dificulta ou impossibilita a sua visão. Justamente por isso é que é cada vez maior o número de acidentes. Existem trechos com curvas de quase 160 graus e, no entanto, não existe uma placa sequer advertindo ao motorista do fato. Ora, se quem aqui reside vez por outra sofre um acidente em tais curvas, imagine-se o motorista de fora, desconhecedor dessas verdadeiras armadilhas?"

Sr. Presidente, Srs. Deputados, achamos que o DER tem procurado atender dentro do possível. Mas, é necessário que nos unamos para reivindicar a melhoria dessa rodovia que muito significa para o Paraná e, lamentavelmente, vem causando inúmeros desastres. A sua conservação proporcionaria um trânsito mais livre e muitas vidas preciosas seriam poupadas.

É por essa razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que apresentamos um Requerimento solicitando ao DER que, dentro do mais breve tempo possível, possamos ter essa rodovia em ordem e os reparos feitos.

Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, terceiro orador inscrito.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à Tribuna tão somente para dirigir um convite-apelo a todos os Srs. Deputados para que, amanhã, às 9 horas, compareçam a esta Casa para tomar parte na comunhão Pascal do Poder Legislativo.

Seria interessante que todos os srs. Deputados, acompanhados de suas excelentes famílias, juntamente com os srs. funcionários e suas famílias, estivessem aqui reunidos, para fazer uma pausa nos problemas financeiros e econômicos, nesta vida trepicante do século XX, e colocando os pés no chão e a cabeça inclinada para cima, pudessemos conversar mais intimamente com Deus, o princípio e o fim de todas as coisas, para que nos dê forças, coragem, alento e incentivo em busca do futuro.

Este o apelo que faço a todos os Srs. Deputados, principalmente aos católicos, para que compareçam amanhã, às 9 horas, à Comunhão Pascal do Poder Legislativo. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — No pequeno Expediente concedo a palavra ao sr. Deputado João Mansur, quarto orador inscrito.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, queremos transmitir a esta Casa um convite do Exmo. Sr. Secretário dos Transportes em nosso Estado, feito aos Srs. Deputados que desejarem conhecer as obras da Estrada de Ferro Central do Paraná, que procurem inscrever-se para saída aqui de Curitiba, quinta-feira, dia 29 deste mês, próxima semana, portanto.

Engenheiros daquela estrada acompanharão aos Srs. Deputados em todo o seu trajeto, a fim de que os representantes do povo com assento nesta Casa, possam avaliar do andamento das obras e da importância que representa aquela estrada para a economia paranaense.

De modo que deixamos aqui, em nome do Secretário de Transportes de nosso Estado, o convite aos Srs. Deputados para percorrerem o trecho da estrada e tomarem conhecimento do andamento das obras, sendo que para isso devem fazer a sua inscrição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tomamos a liberdade de encaminhar a apreciação dos Srs. Deputados o seguinte requerimento: (Lendo):

"Senhor Presidente:

O Deputado, que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente.

Requer a inserção em Ata de voto de regozio pela inauguração, em sua fase produtiva, da Usina do Xisto em São Mateus do Sul, fator importantíssimo de acentuado estímulo à Economia Paranaense.

Empreendimento pioneiro em nosso País, pois foi projetada, construída e, praticamente, equipada através da participação de firmas nacionais e estrangeiras e a concepção técnica de soluções inéditas na indústria mundial, a fase produtiva veio coroar de êxito as esperanças de quantos acreditavam na capacidade empreendedora dos brasileiros.

A importância do acontecimento justifica a propositura deste requerimento, fazendo-se oportuna a manifestação deste Poder, consubstanciada na aprovação do voto proposto.

Aprovado o requerimento, solicita o autor seja a decisão da Casa comunicada ao Excelentíssimo Senhor General Ernesto Geisel, digníssimo Presidente da Petrobrás, acrescida de efusivas congratulações, no testemunho de que o povo paranaense, em júbilo, sabe reconhecer e exaltar as obras e iniciativas que, por sem dúvida, impulsionarão o progresso do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1972.

(a) JOÃO MANSUR".

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há muitos e muitos anos tivemos a iniciativa de, junto ao Governo do Paraná, da época, fazer com que o Estado enviasse à Usina de Tremembé algumas amostras de nosso xisto, denominado Irati, a fim de que se fizesse uma experiência para avaliar a importância de nossas jazidas. A nossa satisfação foi enorme ao verificarmos que os resultados foram altamente positivos quanto às jazidas do xisto da região Sul de nosso Estado.

Daí em diante iniciamos uma luta para a implantação da Usina Piloto e é preciso que confessemos neste instante que a nossa luta foi para que a instalação da Usina Piloto fosse em nossa cidade, Irati.

Mas, dada a tradição que experimentava o município de São Mateus do Sul, face à exploração que vinha sendo feita da gasolina pelo chamado "homem da perna de pau", houve por bem a direção da Superintendência do Xisto e Petrobrás levar para o município de São Mateus do Sul, a Usina Piloto.

Daí então, passamos a apoiar aquela iniciativa. Fizemos diversos pronunciamentos e apelos no sentido de que as autoridades dessem continuidade àquela obra que julgávamos e julgamos das mais importantes para a economia paranaense.

Hoje é com satisfação que podemos comunicar à Casa e ao povo do Paraná, que saíram ontem os primeiros barris de óleo extraídos das jazidas de nossa região.

Esta a razão pela qual apresentamos este requerimento à Casa e esperamos contar com o apoio dos Srs. Deputados porque esta indústria representa muito, especialmente, para a região Sul do Paraná, região hoje decadente que não oferece maiores incentivos àqueles que lá se encontram dada as condições de nosso terreno, de difícil mecanização. Temos certeza que esta indústria irá absorver grande parte da mão-de-obra dos filhos de nossa região e trazer, conseqüentemente, grandes resultados para a economia de nosso Estado.

Não poderíamos, nesta oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixar de manifestar também o nosso entusiasmo e as nossas congratulações ao Engenheiro Carlos Egidio Bruni, Superintendente da Industrialização do Xisto aqui em nosso Estado, pelo esforço que desenvolveu e vem desenvolvendo em favor da implantação daquela indústria em São Mateus do Sul.

De modo que esperando contar com a aprovação dos Srs. Deputados agradecemos, mais uma vez, com o povo de São Mateus do Sul e de resto com todo o povo paranaense. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado o Pequeno Expediente. Concedo a palavra para falar no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Sebastião Rodrigues, primeiro orador inscrito.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem compareceu a esta Assembléia, S. Exa. o Sr. Maurício Schulman, responsável pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná.

Na oportunidade, como Líder da Bancada do MDB, enderecei à S. Exa. a nossa manifestação de aplausos pelo apreço demonstrado pelo povo paranaense, representado nesta Casa pelos Srs. Deputados, por ter aqui S. Exa. se feito presente, a fim de expor à gente do nosso Estado a situação da Fazenda e da economia paranaense. Do quadro pintado por S. Exa. nesta Assembléia, ficou evidenciado que se não é das piores a atual situação econômico-financeira do Estado do Paraná, também das melhores, não são as perspectivas futuras da economia paranaense. As razões são fáceis de ser entendidas, e não é necessário que se faça parte deste grupo de tecnocratas que se transformou numa sociedade fechada e que pretende à luz das fórmulas mágicas, explicar dentro da atualidade brasileira, o desenvolvimento da economia nacional.

Na verdade, todos hoje sabem, o Governo acabou definitivamente neste País, contrariando o que dispõe a carta magna brasileira com o sistema federativo. Hoje, os Estados não mais possuem autonomia política, não mais possuem autonomia financeira. É sabido, que os governos estaduais são romeados pelo Governo Federal e que também a política econômico-financeira dos Estados, está condicionada totalmente ao que determina o Ministério da Fazenda "ipso facto" o Governo Federal.

Arranjou o Governo mil fórmulas para conduzir aos seus cofres a arrecadação e os tributos cobrados do povo e das firmas que operam neste País, imposto de renda, loteria esportiva, tudo isto, carregando para os cofres do Governo, uma importância, a maior talvez que um Governo já dispôs nesta terra, para aplicar em termos de desenvolvimento nacional.

É facilmente compreensível que pretende o Governo Federal, centralizar em suas mãos a maior parcela de recursos advindos da tributação, e posteriormente, redistribuí-los aos Estados para serem aplicados sob a orientação do próprio Governo Federal. Entretanto, se teoricamente o sistema é concebível, na prática vêm ocorrendo distorções das mais sérias em prejuízo de muitos Estados brasileiros, sobretudo, do Estado do Paraná. Se nós examinarmos as dotações, por exemplo, do Ministério dos Transportes, para os diversos Estados brasileiros, veremos o Estado do Rio Grande do Sul contemplado com uma parcela ponderável de recursos, enquanto o Paraná, carente e necessitado, nada obtém para construir os caminhos indispensáveis ao seu desenvolvimento.

Vemos por outro lado, os recursos dos incentivos fiscais sendo aplicados no Nordeste. Vemos os mesmos incentivos fiscais sendo conduzidos para aplicação em Mato Grosso, enquanto o Paraná nada recebe.

E em contrapartida, muito dá o nosso Estado ao Governo Federal. O Paraná como bem explanou S. Exa. o Sr. Secretário da Fazenda, contribuiu, na pauta de exportações brasileiras, com uma parcela de cerca de 30%.

Ora, são divisas que entram em troca de produtos paranaenses encaminhados ao exterior, divisas estas que fortalecem o poder econômico do Governo central, sem que o Paraná, motivador de grande parte dele, tenha qualquer benefício aqui. E o que mais nos surpreendeu e agora devemos ressaltar isto aqui desta Tribuna, na atitude de S. Exa. o Sr. Secretário da Fazenda, ao lado da bela exposição que fez, exposição que entendemos criteriosa porque S. Exa. expôs os números com os cuidados que o exame das estatísticas requerem; expor os números explicando as suas consequências, fazendo a sua análise, prevendo para o futuro com parcimônia e entendemos com honestidade de propósitos. Mas, entretanto, ao admitir S. Exa. que um dos trabalhos que deve ser desenvolvido com mais ardor pelo atual Governo Federal é procurar convencer o Paraná a investir no Paraná, S. Exa. bem conhece a procedência disto que afirmou desta Tribuna e de mais é conhecido pelo povo brasileiro, que o dinheiro está nas mãos do Governo Federal. Urge pois que invista no Paraná. Entretanto, não acredito que a simples tentativa do Governo para investir aqui surta resultado. Do entanto ser necessário que se reivindique isto, que se lute por isto, que se pleiteie isto, porque não está sendo feito no Paraná. Entretanto, parece não ser este o entendimento do Governador do Estado, parece não ser este o entendimento da Secretaria da Fazenda, porque o Sr. Secretário



argumentou aqui que é necessário uma total submissão à política econômica e aos planos do Governo Federal, era submeter à política federal, é admitir que o Paraná continue sendo desatendido da forma como vem sendo pelo Governo Federal. Porque se nós nos valeremos do auxílio do Governo Federal, o Paraná, não teria condições de progredir porque 75% de sua receita está sendo utilizado para despesas de custeio restando apenas 25% do orçamento do Estado, da receita do Estado para ser aplicada em outros setores entre os quais se nota a mortização de grandes débitos não só no mercado interno como no externo. É imprescindível que se busque do Governo Federal um melhor atendimento ao Estado do Paraná e nós não conseguiremos isto esmolando, implorando, é preciso que se pleiteie, que se lute, que se denuncie o Governo Federal como inimigo do Estado do Paraná, porque na verdade vem sendo um inimigo onerando a economia paranaense, tirando para seus cofres sem dar nada ao nosso Estado. Quero, entretanto, discordar ainda um pouco da fala de S. Exa. o Sr. Secretário, porque se é verdade que a parcela que sobra para ser manipulada pela administração estadual é pequena, também é verdade que esta pequena parcela não sendo aplicada. Argumentava S. Exa. quando aparteado por um Deputado desta Casa que lembrava a S. Exa. a utilização que o Estado de Santa Catarina vem dando à parcela diminuída de seu orçamento para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária do vizinho Estado, argumentava S. Exa. que o Paraná não possui margem para investir neste setor da mesma forma que vem fazendo o Estado de Santa Catarina. Ora, pergunto aos Srs., Santa Catarina não possui café, não possui fonte de receita superior as do Paraná e entretanto vem investindo no setor da agricultura e da pecuária, como subsídio. Existe, por exemplo, um plano de estímulo à agricultura que oferece subsídios que o Estado de Santa Catarina encara como investimentos recuperáveis a médio prazo, subsídios estes que se destinam ao auxílio a cooperativas sob a forma de pagamento de 50% do valor dos fretes de tudo: adubos e calcários, por eles adquiridos, além da cobertura integral dos juros dos financiamentos bancários, não só para máquinas agrícolas, compradas para prestação de serviços aos associados, como também os decorrentes de empréstimos aos agricultores para a formação de pomares.

Foi justamente idêntica medida que procurou o Deputado Nivaldo Krüger, dotar à administração paranaense, favorecer a agricultura de nosso Estado, quando deu entrada nesta Casa hoje, com uma Emenda a um Projeto de Lei em tramitação por esta Assembléia.

Ora, se Santa Catarina pode fazer isto, não entendo porque o Paraná não possa fazê-lo. É preciso, é bem possível, se grande parte do ônus a que esta sujeita a economia paranaense; não é responsabilidade da administração de nosso Estado, é responsabilidade do Governo Federal também. É necessário que admitamos que parcela da responsabilidade de nossa dificuldade de perceber, de responsabilidade da falta de perspectivas futuras, deve-se à administração do Estado do Paraná, não só à atual, mas também aquelas que a antecederam.

Vejam os Srs. enquanto que no Estado de Santa Catarina a CARESC que corresponde à ACARPA do Paraná, possui 130 escritórios, com 245 técnicos, a ACARPA no Estado do Paraná possui 69 escritórios e 140 técnicos.

Ora, é sabido o potencial da agricultura e da pecuária paranaense, comparada com a do Estado de Santa Catarina, o Paraná ocupa o primeiro lugar na pauta dos produtores de café, na pauta dos que produzem milho.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O pronunciamento que V. Exa. está realizando neste instante é de uma oportunidade excepcional, tendo em vista as declarações feitas ontem com toda cruzada da realidade atual, pelo Sr. Secretário da Fazenda, nada mais oportuno do que se partilhar a responsabilidade não só do Estado, não só do Governo, do Executivo, como inclusive também da Assembléia e de áreas de produção do Estado.

Mas, especialmente, Sr. Deputado, este aspecto que V. Exa. aborda de estímulo que o Estado de Santa Catarina vem procurando dar ao produtor que ali concorre com os seus esforços para a economia do Estado, não foi entendido até hoje pelo Paraná e me pareceu que o próprio Secretário da Fazenda ontem não se sensibilizou, não entendeu exatamente o que ocorre ali no Estado de Santa Catarina. O que eles fizeram é algo de excepcional, é fazendo com que o Estado partilhe também das incertezas e dos dispêndios do agricultor. Porque é muito cômodo para o Estado e não há necessidade nem de espírito inventivo nem até de tanta inteligência a arrecadar tributos e para replicá-los na forma que o Estado do Paraná vem replicando, gastando 75%, como V. Exa. assentiu há pouco, com os custos de marutagem. Não é necessário homens inteligentes, homens preparados para aplicar tão mal o dinheiro do Estado, jogar fora tanto dinheiro.

Qualquer um conduziria o Estado a este desastre. Qualquer um. Então estamos diante deste impacto e creio que se o Paraná tivesse hoje conhecimento das palavras de S. Exa., toda a população paranaense sofreria um verdadeiro espasmo de surpresa, por que anunciaram há tanto tempo que a situação do Estado era outra. Isto que V. Exa. vem fazendo neste instante é a maior colaboração que um Deputado pode dar ao Governo e por incrível e paradoxal que pareça, a iniciativa vem da Oposição. Quero louvar a atitude da Oposição do Paraná, através da presença de V. Exa. hoje e em outras oportunidades, esforçando-se para dar encaminhamento feliz à economia e à vida da comunidade paranaense. V. Exa. que conhece tão bem os interesses numa das áreas mais importantes do Estado, que é o Sudoeste, sabe perfeitamente o drama do agricultor que não tem sequer uma palavra de solidariedade da área governamental. Sabemos do fracasso do Governo na parte assistencial, sabemos que não existem agrônomos, veterinários, que não existe fiscalização. Sabemos que a Café do Paraná foi um desastre total; que a Secretaria da Agricultura não dispõe de meios; que o ensino técnico do Estado é a negação que aí vemos. Então, ao encarmos este problema, nada mais estamos fazendo do que procurar ajudar o Governo. E que ele tenha os ouvidos abertos para o clamor do povo, através da voz da oposição do Paraná.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Agradeço a V. Exa. o aparte e prosseguindo, quero repetir uma vez mais que admito que os grandes problemas da economia paranaense não decorrem da atividade da administração estadual. Decorrem da estrutura do poder que dirige a economia nacional, mas também insisto que a parcela de nossa arrecadação, de que podemos dispor para aplicação no Estado, vem sendo muito mais utilizada. E isto deixou claro o Sr. Secretário da Fazenda, ontem, aqui no Plenário desta Assembléia.

Quando estou aqui destacando pontos de que discordo das palavras de S. Exa., uma vez mais faço questão de ressaltar o alto espírito democrático, e o elevado conceito de esclarecimentos que a presença de S. Exa.

ontem em Plenário, trouxe não só a nós, Deputados, mas a todo o povo do Paraná.

Se destaco estes pontos foi justamente porque mereceram a maior atenção de minha parte, de vez que me vejo preocupado com eles de longa data. Não entendo como aceitar as palavras de S. Exa. o Secretário, quando prega total submissão à política do Governo, como condição de se obter auxílio ao Paraná, quando o que vimos fazendo até agora é a total submissão e não vi resultado positivo nesta atitude de submissão. Não vejo estradas federais cortando o Paraná. Vejo estradas federais cortando outros Estados e não vejo maiores contribuições do Governo Federal ao desenvolvimento da economia paranaense. Vejo, sim, grande parte dos recursos do Governo Federal, inclusive, parcela arrecadada do esforço do Governo paranaense, sendo utilizada para o desenvolvimento de outros Estados da Federação.

O Sr. Pinto Dias. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, o Sr. Secretário da Fazenda foi bem claro, bem incisivo, no que tange a esse setor que V. Exa. está abordando. S. Exa. disse que há, realmente, boa vontade, por parte do Governo Federal, entretanto, o Governo do Paraná não tem comparecido com a sua planificação necessária para exigir esses recursos. E é o que está ocorrendo agora no Estado do Paraná. O Governo do Estado, através do Banco do Estado do Paraná, que é o agente financeiro do BID, tem a sua disposição uma soma fabulosa para ajuda à pecuária paranaense. Mas o Governo do Estado não está conseguindo que haja interesse por parte dos pecuaristas. Na minha cidade, Paranaíba, que, hoje, pode ser considerada o centro pecuarista do Paraná, houve uma convocação por jornais e rádios, para que os pecuaristas assistissem uma reunião a fim de ver os que estavam interessados nesse financiamento. Mas, o interesse é quase nada, porque eles acreditam que, para conseguir um financiamento basta apenas assinar os papéis no Banco, não querem esclarecer a aplicação desse financiamento. Então, quero crer que se está cometendo uma grande injustiça. Porque, para se obter financiamento, tanto nacional, como internacional, é preciso justificar a aplicação desse financiamento.

E esse dinheiro para financiamento a pecuaristas está depositado no Banco do Estado e eu tive uma notícia muito triste, parece que o Banco terá que devolver esse dinheiro, porque os pecuaristas não querem dizer o que vão fazer com o dinheiro que necessitam, não querem dizer quantos metros de cerca vão fazer, quantas novilhas matrizes vão adquirir, quantos alqueires de campo vão plantar etc. E isso é tão simples, mas eles não entendem que é necessário, para que o Banco conceda esse empréstimo, digam onde vão aplicar esse dinheiro.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR. — Agradeço o aparte de V. Exa., mas não estranho a mentalidade dos pecuaristas que não querem satisfazer essas exigências, porque, ontem eu próprio escutei o Sr. Secretário da Fazenda dizer que o Banco do Brasil era muito lerdo no atendimento de seus financiamentos, porque exige que o agricultor faça cadastro. Pude entender isso da fala de S. Exa., parece que o Sr. Secretário é contra o cadastro bancário.

V. Exa. V. Exa., isso, partindo do Sr. Secretário da Fazenda.

O Sr. Pinto Dias — Tenho a impressão que o Sr. Secretário não quis dizer isso, eu estava presente.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR. — Disse está registrado nas notas taquigráficas.

O Sr. Pinto Dias. — O que entendi que o Sr. Secretário afirmou foi que o Banco do Brasil não tem agências suficientes para atender todas as cidades do Interior. Muitas cidades do Interior estão há 150 Km. do Banco do Brasil e esse é um sacrifício que não se pode exigir do pequeno proprietário. E o que o Sr. Secretário da Fazenda está querendo, é realmente, atender, através do Banco do Estado, aquelas cidades mais distantes, como Cidade Gaucha, Nova Olimpia etc., assim os pequenos proprietários não precisam viajar, nem fazer outras despesas necessárias. Foi isso que o Sr. Secretário deixou bem claro.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR. — V. Exa. vai me desculpar, V. Exa. apartela com fundamento no pensamento subjetivo do Sr. Secretário e eu discuro com base nas palavras de S. Exa. proferidas aqui. As notas taquigráficas estão aí, estão prontas, o gravador está aí. Foram essas as palavras de S. Exa., revelando, aliás, e lastimo profundamente, que um homem da responsabilidade de S. Exa. desconheça as falhas da política do Banco do Brasil no Estado do Paraná. A falha não é da estrutura do Banco. S. Exa. sempre que se pronunciou a respeito de contratos no Banco do Brasil, se referiu a hipotecas. Devo dizer a V. Exa., que em 20 mil operações realizadas por mim no Sudoeste, afianço a V. Exa., em 20 mil não passei jamais de 300 hipotecas, em 20 mil operações. E não poderia fazê-lo, porque operei quase sempre numa região de posseiros, o que S. Exa. atribui a deficiências do regulamento do Banco do Brasil.

Não é aí que se localiza o defeito, mas na política do Governo Federal para o Estado do Paraná. O que falta aqui são agências, mas como se criar agências no Estado...

O Sr. Pinto Dias — V. Exa. permite um aparte?

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Já concederei, após terminar meu raciocínio.

O Sr. Pinto Dias — Mas, exatamente para não perder a oportunidade, com relação ao seu argumento. V. Exa. conhece, talvez melhor do que ninguém nesta Casa, operações bancárias. Confesso que não tenho o conhecimento que V. Exa. tem, porque é um homem da atividade. Uma operação agrícola, com um agricultor, com mais de 12 meses, independe de hipoteca?

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Independente.

O Sr. Pinto Dias — Era isso que eu queria saber.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — A parte hipotecária é a vontade do gerente. Não há obrigatoriedade. Ao contrário, o Banco recomenda hoje o crédito pessoal, e digo a V. Exa. na proposta de operação, já vem preso o instrumento de crédito. Quando se bate a proposta, o instrumento está pronto, é só assinar.

O Sr. Pinto Dias — O Banco do Brasil não tem mais gerentes como V. Exa. .

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Tem sim, isso é norma geral.

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Quando V. Exa. diz que discorda das palavras do Sr. Secretário...

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Aspectos da palestra.

O Sr. João Mansur — ... com relação ao fato do Paraná ter de se submeter à política do Governo Federal, talvez V. Exa. não tivesse entendido bem o que disse S. Exa. O que quis dizer o Sr. Secretário, é que o Governo do Paraná terá que adotar o programa de obras, do Governo Federal,



Veja V. Exa., que o Governo do Paraná, e nisso não vai atacar a quem quer que seja, que não tinha e não tem condições de dar atendimento aos problemas de nosso Estado, vinha se dando ao luxo de querer construir as estradas que são da competência do Governo Federal aqui em nosso Estado, e ainda esta semana estamos assistindo a luta que o DER vem mantendo com a Companhia Paranaense de Construção, para rescindir o contrato do trecho Ibatí — Ventania e Ventania não sei mais o que, numa extensão de 90 e tantos quilômetros, estrada essa da competência do Governo Federal e que o Governo estava construindo e já aplicou ali 60 milhões de cruzeiros. Então o que é preciso, é que se defina o programa de obras do Governo Federal e o Governo do Estado cuide de nossas obras aquelas que dizem respeito a nossa administração. Isto é o que quis significar o Sr. Secretário da Fazenda, mas nunca submeter seus problemas a exigências do Governo Federal.

Com relação ao Banco do Brasil, queria secundar as palavras do Deputado Pinto Dias, e lamentar não poder ter tratado na região em que V. Exa. foi gerente e um dos grandes gerentes do Banco do Brasil...

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Agradeço a V. Exa.

O Sr. João Mansur — ... mas na verdade, o maquinismo da parte do Banco é muito difícil.

Quero confessar, nobre Deputado, que como um dos mais novos agricultores aqui desta Casa, há poucos dias tentei um financiamento para algumas máquinas que estava adquirindo para iniciar minha agricultura na importância de 37 mil e quinhentos cruzeiros.

Para isto me foi exigida a transferência de meu Cadastro da cidade de Ibatí aqui para Curitiba. Fiz a transferência do meu Cadastro que era pequeno, modesto mas que dava para cumprir aquela solicitação do Banco. Em seguida teria que hipotecar, como garantia, real, as máquinas, 60% do valor do empréstimo. Não satisfeitos, exigiram a hipoteca de uma propriedade para completar os 100% e ainda teria que me submeter a uma fiscalização periódica das máquinas que iam trabalhar na grande lavoura que vou iniciar agora, pagando não sei quanto.

Depois de toda esta novela acabei cancelando, inclusive meu Cadastro e fiz um papagaio no Banco e comprei as máquinas. É difícil, não é muito fácil. Talvez dependa dos gerentes. Quem sabe se na Gerência tivesse um homem esclarecido como V. Exa., tivesse conseguido o financiamento. Mas, infelizmente não consegui. Não é tão fácil obter-se um financiamento. Reconheço que grandes benefícios o Banco do Brasil vem trazendo à pecuária, à agricultura e à indústria, mas ainda está longe de facilitar, principalmente aqueles menos esclarecidos no sentido de obter financiamento.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — O que lamento profundamente no aparte de V. Exa., sou obrigado a ressaltar, é a falta de uma visão, de perspectiva do papel do Banco do Brasil na economia do país.

Enquanto os demais Bancos da rede privada funcionam descapitalizando o interior, trazendo os recursos lá recolhidos para serem investidos em negócios imobiliários nos grandes centros, o Banco do Brasil, sempre com aplicações muito superior a seus recolhimentos, está, através de suas Agências, levando sempre essas importâncias para serem aplicadas no interior.

Parece que o Paraná não vai fazer coro aos demais Estados da Federação e não precisa de Agências do Banco do Brasil e nem precisa do dinheiro do Banco. O grande erro da política do Brasil em nosso Estado, e isto é que onera e torna tardo o Banco, é justamente, o pequeno número de Agências do Banco no Paraná. E o nosso Estado não se deu conta ainda da necessidade de lutar, de reivindicar por isto.

Enquanto em Sta. Catarina vão se abrindo Agências em cada Município o mesmo ocorrendo no Rio Grande do Sul, o Paraná não tem um Governo que exija do Banco a abertura de Agências em seus Municípios e nem sequer protesta para que o Paraná tenha um galcão. Vejam Vs. Exas., Sta. Catarina possui dois Diretores do Banco do Brasil, Rio Grande do Sul, dois ou tres. Sabem qual a contribuição que um Diretor do Nordeste trouxe para o Relatório Anual do Banco, foi uma análise da economia gaúcha. E o gauchismo imperando no Banco do Brasil, porque ninguém protesta. É por isto que temos que lutar porque quando se trata de abrir Agências no Estado do Paraná, o Banco Central reduz o número de Cartas Patentes a serem distribuídas. A Diretoria é composta de gauchos e catarinenses, portanto vão distribuir Agências para que Estado? É evidente.

O Sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Srs. Deputados, vamos entrar um pouco nesses debates.

Eu não endosso, nem poderia endossar qualquer crítica que se fizesse à atuação do Banco do Brasil. Não endosso, porque reconheço, confesso que se não fosse a presença do Banco do Brasil no Interior deste Paraná, nós não teríamos saído ainda daquela fase tão triste em que estávamos.

Entretanto, nobre Deputado, eu preciso fazer algumas críticas ao comportamento dos outros Bancos, porque o que nós vemos, isto vem perfeitamente de encontro ao que V. Exa. acabou de afirmar — O Banco do Brasil chega, não com o propósito de captar, ele investe e investe violentamente, a prazos longos. E o que fazem os outros? Inclusive o Banco do Estado, procuram através de suas sucursais, instalar agências junto ao Banco do Brasil, nas mesmas praças, como querendo captar aquelas importâncias que o Banco do Brasil endossa. O que o Banco do Estado deve fazer, o que a rede bancária particular deveria fazer, seria colocar agências naqueles municípios, distantes do Banco do Brasil, para supletivamente, ajudar a política de financiamento do Banco do Brasil. É isto, e não, juntar, na mesma esquina, ao lado das agências bancárias, um soldado de dinheiro e outros procuram do captar o dinheiro. Isto sim é que está errado, e uma política bem intencionada como a do Banco do Estado deveria fazer com que eles lutem, sem seja através do expediente que possam ter, mas, no sentido de levar agências naquelas cidades onde não existe Banco do Brasil, porque o Banco do Brasil, ele supre, supre mesmo as necessidades daqueles homens de lavoura que vão solicitar ajuda. As vezes há dificuldade, às vezes o número é excessivo, reconheço, mas de qualquer forma vai lá com a sua condução mais ou menos normal, recebe a sua quota.

Defendo a tese de que deveriam ser abertas agências onde não existem do Banco do Brasil.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Vou lhe fornecer, na prática, um exemplo da procedência do que aqui afirmo. O Sudoeste do Paraná possui uma agência em Pato Branco, que atende 9 municípios, 8 municípios precisamente, um dos quais em São Lourenço do Oeste, no Estado de Santa Catarina, distante 20 Km. da agência sede, que é de Pato Branco. Em Francisco Beltrão há uma agência do Sudoeste, atende 20 municípios, alguns distando da sede da agência, 100, 120 Km. Pois bem, quando o normal seria a Direção do Banco desmembrar a área da jurisdição de Francisco Beltrão e criar uma agência lá, sabe onde, V. Exa., foi criada uma nova agência do Sudoeste, que eu chamo do Sudoeste em termos de Pato Branco?

Foi criada em São Lourenço do Oeste, no Oeste catarinense, a 20 Km. da agência de Pato Branco, uma agência que já de si mesmo possuía 38 funcionários para atender 8 municípios, vai ter desmembrada a sua jurisdição, para criar uma agência no Estado catarinense, a 20 Km. dela, enquando outra que atende 20 municípios, com 20 funcionários, não vai ter a sua jurisdição desmembrada, não. Por que? Que critério de prioridade é este, que se dá uma agência inclusive na zona de jurisdição de Francisco Beltrão, quando existem municípios de potencial econômico e atualmente muito mais desenvolvidos do que este município de Santa Catarina, onde foi criada a agência?

Mas parece que no Paraná ninguém vê isso, Excelência. Pergunto a V. Exa.: — Se fosse nomeado um paranaense para dirigir a Carteira de Crédito do Banco do Brasil, para o Rio Grande do Sul, a Brigada sairia à rua, não tenha V. Exa. dúvida disso. Aqui se aceita pacificamente, se aplaude, se bate palmas, nem um protesto sequer. É preciso que nós digamos ao Governo Federal que leve o que vem levando do Paraná, mas, dê ao Paraná, não faça favores, não, mas dê ao Paraná o que o Paraná tem direito. Só se dá título de cidadão honorário, aqui nesta terra, os homens do Governo Federal, sem que eles tragam para aqui qualquer contribuição ao desenvolvimento da economia paranaense. Disse ontem ao Sr. Secretário da Fazenda e isto é uma grande verdade, o Governo investe aqui o que quer, dentro de dois critérios: o medo explosivo daquilo que se faz no Nordeste e o amor, o amor daqueles que estão à testa da Administração Federal pelo Estado do Rio Grande do Sul. O Paraná não tem medo nem amor, por isso a Paraná está abandonado. Tem V. Exa. o aparte.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. diz muito bem, o Paraná está pagando o erro que tem cometido de votar maciçamente numa única área política. O povo do Paraná há de compreender este erro terrível e votar em homens que não interpretam os seus sentimentos. De levar para o Congresso Nacional homens que vão fazer discursos de leis, que vão fazer discursos de aplausos e congratulações, de homens que vão dizer no Congresso Nacional discursos laudatórios, daqueles que estão no Poder. Vão dizer que o Estado do Paraná é o mais magnífico em termos de economia e que na verdade desconhecem totalmente esta realidade acusada neste instante e tão bem serenamente acenada pelo Secretário da Fazenda do Paraná. Não posso me esquecer-me de um aparte dado a um político de maior projeção neste Estado, que levou mais de 60% da votação do iludido povo paranaense nas últimas eleições. Um aparte dado por um Senador de Aiagoas e que dizia ao Senador paranaense: "Magnífico, caro, colega, que o seu Estado seja tão rico, que o seu Estado tenha tudo, que o seu Estado não precise de nada, porque eu conto com o voto de V. Exa. para ajudar a levar para o meu Estado, tudo aquilo que sobra no seu." Ilustre Deputado, como há um divórcio entre os nossos representantes na esfera federal com a realidade paranaense, quisera que o povo do Paraná ouvisse um discurso como o que V. Exa. fez neste instante para colocarem-se as coisas nos devidos lugares. É lamentável nós ficarmos em escolas que não tem meios para atender aos seus alunos, é lamentável nós verificarmos de certa forma o enriquecimento fabuloso das instituições financeiras e o empobrecimento de grandes áreas que se utilizam de empréstimos. Tudo isso que V. Exa. diz é uma verdade que precisava ser repetida muitas vezes, que precisava ser dita abertamente pela imprensa do Paraná, esta imprensa que é tão sensível aos problemas do seu povo. Precisava o nosso povo, para que este povo comesse a dizer "não" a este quadro majoritário, imposto que se encontra no Paraná. Assim nós teríamos um equilíbrio e o povo seria muito mais atendido e o Paraná cresceria mais equilibrado.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Muito obrigado. Pretendo concluir, pois tenho ainda um tópico importante. Tem V. Exa. o aparte.

O Sr. Pinto Dias — Confesso que tenho uma grande estima e admiração pelo Deputado Nivaldo Krüger, mas confesso que não entendi o nobre Deputado. Vejo que o nobre Deputado acaba de afirmar nesta Casa que o povo do Paraná está assim porque vem cometendo o erro de votar maciçamente numa única área política. A área que o nobre Deputado representa, com muita dignidade, nesta Casa, é o Centro-Oeste paranaense, região de Guarapuava, tem dois representantes, apenas ele com uma votação maciça pelo MDB e o Sr. Mattos Leão da Arena. Então o povo não é assim tão disciplinado como ele afirma. O povo é absolutamente independente, vota como e em quem quer, haja visto que na sua cidade os dois homens que se elegeram, um é da Arena e outro do MDB, de forma que estranho a declaração do ilustre Deputado.

O Sr. Nivaldo Krüger — Os homens que não tem independência hoje, são os que não votam como e em quem querem. Votam como e em quem o Governo quer.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Mas V. Exa. já fez este esclarecimento e há necessidade de que eu conclua.

O Sr. Nivaldo Krüger — Rapidamente.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Lamento. Mas V. Exa. não terá o tempo que necessita nesta Tribuna.

O Sr. Nivaldo Krüger — Esta admiração é recíproca e eu o tenho numa conta excepcional. Entretanto a análise feita por V. Exa. é própria de um Deputado arguto e inteligente, já que está aqui, não é por acaso, por três Legislaturas e pretendeu confundir o raciocínio de quem assiste a este pequeno debate.

Refiro-me ao Congresso Nacional. Realmente, o povo da minha região votou maciçamente na Oposição, quase deu vitória ao Senador da Oposição que foi lá somente uma vez, contra o senador da situação que reside naquela área. Porque exatamente ali, no Centro Oeste do Paraná, vínhamos fazendo uma pregação de alerta, abrindo o olho do Paraná contra a sedução com que o seu povo vem sendo conduzido e enganado profundamente. Despeito os homens da situação, como pessoa, são homens probos, mas não aceito a maneira como fazem política, colocando o Paraná na indigência, trocando o prestígio do povo, o prestígio que o povo lhes dá, por uma abóbora sem valor nenhum. Trocam o prestígio que o povo lhes dá, por nada, por um sorriso. Vejam só que distinção fabulosa para um representante do Paraná: "O Ministro sorriu para mim", hoje, e isto chega, isto basta, como dose para um representante no Congresso Nacional viver feliz por mais noventa dias e quando o sorriso desaparece ele faz um novo discurso laudando o "poderoso" e do momento do novo sorriso ele recebe por mais noventa dias, estímulo para viver. Mas dizer duramente, da necessidade do Estado, da omissão do Governo Federal no nosso Estado, eles não dizem porque poderão por em risco algum cargo obtido para algum parente ou algum cupincha.

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Um segundo somente, se V. Exa. me permite, se não me falha a memória, pelo que ouvi do nobre Deputado Armando Queiroz, nós não queríamos evitar, nobre Deputado, o que estava ocorrendo hoje aqui no Paraná.



mas neste aparte criticar em absoluto o Banco do Brasil, apenas contamos aquela história para configurar que não é tão fácil. Mas em absoluto, longe de nós, criticar, porque no próprio aparte que fizemos a V. Exa., reconhecemos os grandes benefícios que o Banco do Brasil tem feito em favor do desenvolvimento não só do Paraná, como de resto de todo o Brasil. De modo que, longe de nós qualquer crítica. Apenas queríamos deixar configurado que não é tão fácil, mas a norma do Banco nós respeitamos porque ele é o dono do dinheiro e tem que cuidar deste dinheiro. Cumprimos a V. Exa. pelo brilhante discurso pronunciado nesta tarde. E quero que fique registrado que longe de nós qualquer crítica. Apenas queríamos deixar configurado que não é tão fácil. Era o aparte.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — Foi um prazer receber o aparte de V. Exa. e encaminhando para a sua conclusão, a razão pela qual fiz referências à manifestação do Sr. Secretário da Fazenda, com relação ao Banco do Brasil, é que S. Exa., no plano de combate à ferrugem, pretende substituir o Banco do Brasil e esta Casa toda ovuiu, pela Café do Paraná. Mas a ferrugem, se a Café começar a tratar disso, não só na Café vai dar ferrugem, mas em todo o Paraná, porque o prejuízo que a Café do Paraná determinou à agricultura paranaense, é impossível ser medido. Toda esta Casa sabe, o assunto já foi discutido aqui, sobre os danos que a Café do Paraná tem determinado à lavoura do nosso Estado.

Tudo mundo sabe disso e o Sr. Secretário da Fazenda acha que o Banco do Brasil é lerdo, que a distribuição de crédito para combater a ferrugem deve ser através da Café do Paraná. Porque o Banco do Brasil exige cadastro, mais que absurdo. Cita S. Exa., que vai mandar o Banco do Estado, do empréstimo sem cadastro. Está aí, nas notas taquigráficas, no gravador. Mas é novidade para mim, que alguma instituição bancária não se valha do cadastro, é a maior novidade e que o Sr. Secretário desconhece este fato elementar. Mas encerrando, Senhores, o que acho necessário é que na pouca faixa, na limitada faixa de que dispõe a administração estadual para manipular recursos e para agir, deve fazê-lo bem orientado, falta orientação a administração do Estado do Paraná. Vejam Srs. apenas um exemplo: A menta, a menta que o Paraná tem o primeiro lugar no Brasil e no mundo em produção, aliás é o único que produz 99% do total da produção brasileira e 90% da produção mundial.

Apenas em 71 no Porto de Paranaguá, foram transportados cerca de 17 milhões de dólares.

Ora, está na imprensa sobretudo na "Folha de Londrina", estudo bem fundamentado de um jornalista que conhece muito de economia, que se chama Hélio Duque, quando tivemos a oportunidade de encaminhar à esta Casa o pedido da transcrição nos Anais, das publicações da "Folha de Londrina", dos artigos da lavra do jornalista e economista, sobre a menta.

Vivem os produtores de menta, momentos difíceis por que? porque é um produto que depende do mercado internacional. As firmas encarregadas da comercialização deste produto, na sua quase totalidade, firmas estrangeiras, estão forçando o produtor, face à circunstância de mercado, a vender o seu produto por um preço irrisório. Assim, a tonelada de menta que estava a 45 cruzeiros no início do ano, agora encontra-se a 25 cruzeiros. Que proteção se dá ao homem que produz menta?

Aqui tive o cuidado de anotar o depoimento de um lavrador, Amaro Gomes Monteiro, que assim se expressou: — "Em maio de 1971, vendi o quilô de óleo ao preço de 43 cruzeiros e 50 centavos; em maio de 1972, os grupos que monopolizam esse comércio, determinaram o preço de compra em torno de 25 cruzeiros."

Uma situação evidentemente exploradora. Vejam os Srs. porque a menta que representa grande parcela da exportação de nosso Estado, que tem parte destacada na exportação de nosso país, vem sendo totalmente desamparada pelo Governo do Estado. Talvez nem ele saiba que se produz menta, tal é o abandono da situação dos produtores de menta no Norte do Paraná. Assistência técnica, nenhuma. Por esta razão, enderecei aqui um apelo ao Ministério da Fazenda, à Comissão de Financiamento da Produção que também será submetido à esta Casa pedindo a fixação de um preço mínimo para a menta. Apelo é a figura que mais cabe nos dias de hoje; apelo. Apelo é o que os servos, é o que os humildes dirigem aos deuses. E me dirijo aos deuses poderosos da economia desta Nação: ao Ministério da Fazenda, este apelo para que fixe um preço mínimo para a menta. E também um outro Requerimento, pedindo ao Banco do Estado, porque não acredito que o Governo Federal se preocupe com uma reivindicação do Paraná, mas o Banco do Estado tem que financiar; mas de uma forma a fornecer um paliativo para esta situação, que é no auge da safra, financiar o produto estocado para o produtor, por 120 dias, a fim de que ele possa fugir, sobretudo o pequeno produtor, daquela injunção momentânea do mercado. E aguardar então condições melhores para comercializar o seu produto.

Este é um apelo que dirijo ao Governo do Estado e ao Banco do Estado. Ao Governo do Estado, para que fale ao Banco do Estado, para que proceda a este tipo de financiamento; não representa a solução ideal para o problema; esta seria, sem dúvida, a fixação do preço mínimo, para a menta, no Norte do Estado. Porque o produtor está lamentavelmente nas mãos do comércio exterior, daquelas firmas responsáveis pela comercialização do produto no mercado externo, que jogam com o produto ao seu bel prazer, determinando oscilação de preços que farão por determinar o total desalento nos produtores de menta e aquilo que nós já estamos vendo ocorrer: — muito brasileiro, sobretudo na região do sudoeste e do oeste, que é fronteira com o Paraguai, estão se deslocando para o vizinho país, para lá produzir menta. Porque aqui, do jeito que a coisa vai, não dá mais para se plantar menta. Lamentavelmente é uma situação que o Governo do Estado tem que olhar; é preciso pois que a Secretaria, que alguém se lembre, esta é uma faixa capaz de se atuar. Não é necessário que se tenha investimentos excessivos neste setor. Vamos procurar dentro dos recursos, dos poucos recursos que a nossa administração possui. Solucionar o problema. Mas para solucionar, é preciso que se conheça esse problema. É difícil, é bem verdade, já que o Governo Federal nomeia um governo de 6 em 6 meses, para o Estado. Nós vamos acabar não tendo mais condições de um governo tomar conhecimento dos problemas paranaenses. Quando ele vai tomando, ele tem de renunciar.

Mas, concluindo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, resta-me pedir o apoio da Casa a esse Requerimento que encaminho à Mesa.

Agradeço a boa vontade, quase generosa com que todos me ouviram, durante este longo expediente e deixo aqui consignado, mais uma vez, a minha admiração ao Sr. Secretário da Fazenda, com as pequenas restrições que aqui fiz à fala de S. Exa. porque para mim, acima dessa pequena restrição, ela trazia a fé democrática de um homem; traduz o respeito que tem, não aos Srs. Deputados que tem assento nesta Casa, mas sobretudo, ao Povo do Paraná, que aqui se encontra representado. Foi altamente bené-

fico para o Paraná, para esta Casa, para mim pessoalmente, a fala do Sr. Secretário da Fazenda. Esperamos que o exemplo frutifique e que os homens da administração sigam o exemplo do Sr. Mauricio Schulman, compareçam aqui para o debate franco, para o debate, porque isto só há de redundar em benefício para o Estado do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a Mesa, Projeto de Lei n.º 94-72, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Proposta de Emenda à Constituição, constante do Expediente, com apoio regimental dos Srs. Deputados. Publique-se no Diário da Assembléia e em avulso, para distribuição aos Srs. Deputados.

Emenda substitutiva número 1, constante do Expediente, oferecida ao Projeto de Lei n.º 59-72, apresentada pelo Sr. Deputado Nivaldo Krüger. — Apoiada. Junte-se ao Projeto.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 12-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 107-72, aprova o termo do acordo n.º 24-71, celebrado em 13.10.71, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado a realização do "1.º Curso de Auxiliares de Estatísticas de Saúde e Registro Hospitalares". — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 13-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 108-72, aprova em todos os seus termos, o Acordo n.º 25-71, de 13.10.71, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, que estuda obtenção do Mapa Pedológico, adotado pela Comissão dos Recursos Naturais (CERENA). — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 295-70, de autoria do Dep. Luiz Renato Malucelli, fica criado um Curso Científico no Ginásio de Colombo. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — COM EMENDA SUBSTITUTIVA — Aprovado, com Emenda Substitutiva.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 13-71, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, cria na cidade de Ubatã, Município do mesmo nome, uma Escola Normal Colegial, para funcionar a partir de 1972. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

3.a — DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 57-72, de autoria do Dep. Luiz Roberto Soares, dispõe sobre atribuições das Comissões Técnicas da Secretaria da Assembléia Legislativa, para requisitar cópias de informações, pareceres, documentos, dados, análises e outros elementos, junto ao Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências. — Parecer favorável da C.C.J. — COM EMENDAS EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, com Emendas.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 84-71, de autoria do Dep. Nivaldo Krüger, que autoriza o Poder Executivo a criar, uma Escola Técnica, no Município de Guarapuava. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.C.P. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 15-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, — ex-Proposição n.º 104-72, aprova termo do acordo n.º 21-71, celebrado em 13.10.71, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado a dinamizar o Fundo de Água e Esgotos — FAE do Estado do Paraná. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 15-72

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Resolve:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo do ACORDO n.º 21-71, celebrado em 13 de outubro de 1971, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado à dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE do Estado do Paraná, por meio da participação financeira da SUDESUL.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em  
2a) — Presidente  
Relator Erondy Silvério

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N.º 104-72

SÚMULA: Aprova o Termo do Acordo n.º 21-71, celebrado em 13 de outubro de 1971, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado à dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE do Estado do Paraná por meio de participação financeira da SUDESUL.

#### PARECER

O desiderato da presente Proposição, tem suas raízes na Mensagem Governamental n.º 9-72, submetendo ao crivo deste Poder os Termos do ACORDO n.º 21-71, celebrado em 13 de outubro de 1971, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado à dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE do Estado do Paraná, por meio de participação financeira da SUDESUL.

Enfocado sob o prisma legal e constitucional, a matéria é escoreita.

Quanto à oportunidade, nada a opor.

Assim sendo, somos pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

2a) — Armando Queiroz — Presidente, Erondy Silvério — Relator, Paulo Camargo, Santos Lima, Cândido M. Oliveira e Muggiati Filho.

#### MENSAGEM N.º 9-72

Curitiba, 17 de abril de 1972.

#### PROPOSIÇÃO N.º 104/72

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Acordo n.º 21-71, celebrado em 13 de outubro de 1971, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado à dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE do Estado do Paraná por meio da participação finan-



ceira da SUDESUL.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do Tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA  
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado WILSON FIGUEIREDO FORTES

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado  
N/Capital.

#### TERMO DE ACORDO N.º 21-71

Termo de ACORDO celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul e o Governo do Estado do Paraná, para participação financeira no Fundo de Água e Esgotos — FAE.

Felo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo Artigo 20 da Lei n.º 5.365, de 1.º de dezembro de 1967, pelo Decreto-Lei n.º 576, de 08 de maio de 1969 e pelo Decreto-Lei n.º 840, de 08 de setembro de 1969, neste ato representada por seu Superintendente, o Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melro, ao final assinado, na forma do Artigo 15 do Decreto-Lei n.º 301, doravante designada simplesmente "SUDESUL", e o Governo do Estado do Paraná, neste ato representado por seu Governador, o Bacharel Haroldo Leon Peres, doravante designado simplesmente "ESTADO", tem justo, certo e combinado, a celebração do presente ACORDO, o que fazem sob as Cláusulas, condições e considerações seguintes:

— considerando a necessidade de serem atingidas, no mais breve prazo possível, as metas estabelecidas pelo Governo Federal, através do Ministério do Interior, para o atendimento da população urbana do País, com os serviços de abastecimento de água;

— considerando a necessidade de ser implantado em toda a sua plenitude o Plano Nacional de Saneamento — PLANASA, instituído pelo Banco Nacional de Habitação;

— considerando ser imprescindível, para o êxito do mencionado Plano, a dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE;

— considerando ser a SUDESUL, órgão regional de desenvolvimento, sumamente interessada na resolução dos problemas de saneamento básico na região Sul, de acordo com a respectiva política nacional;

— considerando que uma complementação dos recursos do Estado, a investir em saneamento, através do Fundo de Água e Esgotos — FAE, acelerará a dinamização do referido Fundo e propiciará a viabilização dos projetos de abastecimento de água dos municípios de menor população ou renda;

— considerando dispor a SUDESUL, em seu orçamento, de recursos destinados a obras de abastecimento de água no Estado do Paraná, decidem assinar o presente ACORDO.

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** — Objetiva o presente ACORDO a dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE do Estado do Paraná por meio da participação financeira da SUDESUL.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** — A SUDESUL contribuirá, para a execução do acordado neste ato, com a importância de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), cuja despesa, empenhada sob n.º 741, em 3 de setembro de 1971, correrá à conta de seu Orçamento-Programa, para o Exercício de 1971, classificada como segue: PROGRAMA: — Saúde e Saneamento; SUBPROGRAMA: — Abastecimento d'água; PROJETO OU ATIVIDADE: 15.091.026 — Construção, ampliação e melhoramento de sistemas de abastecimento d'água mediante convênio — ELEMENTO DE DESPESA: 4.1.1.0 — Obras Públicas — Cr\$ 500.000,00.

**Parágrafo Primeiro:** — O pagamento da importância relativa à contribuição da SUDESUL será feito de uma só vez, após a publicação do presente ACORDO no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, dependendo da apresentação, à SUDESUL, da comprovação de que a importância mencionada na Cláusula Quinta foi aplicada de acordo com sua destinação.

**Parágrafo Segundo:** — A importância recebida pelo ESTADO será, obrigatoriamente, incorporada ao Fundo de Água e Esgotos, para aplicação no desenvolvimento do Programa Estadual de Abastecimento de Água.

**Parágrafo Terceiro:** — A importância a que se refere esta Cláusula será gerida de acordo com o que dispuser o Convênio assinado entre o ESTADO e o BNH, tendo em vista a constituição do Fundo de Água e Esgotos FAE/PR.

**Parágrafo Quarto:** — Após a assinatura do presente ACORDO, para o ESTADO habilitar-se ao recebimento da contribuição a que se refere esta Cláusula, comprometa-se a pagar à SUDESUL, o seguinte:

a) — custo da publicação deste ACORDO no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul;

b) — Cr\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos cruzeiros) para custeio das despesas de fiscalização a ser feita pela SUDESUL.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** — O prazo de execução do presente ACORDO será de 10 (dez) meses contados da data do recebimento da contribuição da SUDESUL, a que se refere a Cláusula Segunda.

**CLÁUSULA QUARTA:** — O prazo da prestação de contas será de um mês, contado da data de expiração do prazo estabelecido na Cláusula Terceira.

**CLÁUSULA QUINTA:** — A contribuição do ESTADO, no corrente exercício, para o Fundo de Água e Esgotos deverá ser, no mínimo, o dobro da importância referida na Cláusula Segunda.

**CLÁUSULA SEXTA:** — O ESTADO, através do Agente Promotor do Fundo de Água e Esgotos — FAE, manterá a SUDESUL devidamente informada do desenvolvimento do Programa Estadual de Abastecimento de Água, para o que remeter-lhe-á, trimestralmente, circunstanciado relatório a respeito.

**Parágrafo Único:** — Independentemente da remessa dos relatórios a que se refere esta Cláusula, a SUDESUL se reserva o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, o emprego dos recursos referidos na Cláusula Segunda, por intermédio do Departamento de Infra-Estrutura.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** — Caberá ao Departamento de Infra-Estrutura da SUDESUL, a emissão do Laudo Técnico exigido pelo Artigo 29 do Decreto-Lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967.

**CLÁUSULA OITAVA:** — A falta de cumprimento de qualquer das cláusulas e condições aqui estabelecidas, importará na imediata rescisão do presente ACORDO. Se o inadimplemento for imputável ao ESTADO, ficará este obrigado a restituir a importância recebida, diretamente aos cofres da SUDESUL, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que for constatada a infração, independentemente de interpelação judicial ou extra-judicial.

**CLÁUSULA NONA:** — O período de vigência do presente ACORDO será de 12 (doze) meses, contados da data do recebimento da contribuição da SUDESUL, a que se refere a Cláusula Segunda.

**CLÁUSULA DÉCIMA:** — As partes, de comum acordo, elegem o Fórum da Capital do Estado do Rio Grande do Sul para dirimir qualquer questão fundada no presente ACORDO.

E, por estarem acordes, mandaram que eu, (assinatura ilegível), Chefe da Seção de Convenios, lavrasse o presente instrumento em 9 (nove) vias de igual teor e forma, datilografadas em 5 (cinco) laudas por mim numeradas e rubricadas com a seguinte rubrica (ilegível), que depois de lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes na presença de testemunhas que também firmam abaixo.

Curitiba, 13 de outubro de 1971

aa) — Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melro, Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL.  
Bacharel Haroldo Leon Peres  
Governador do Estado do Paraná.

#### TESTEMUNHAS:

Assinaturas Ilegíveis.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 132-71, de autoria do Dep. Nivaldo Krüger, que autoriza o Poder Executivo constituir a "Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras do Paraná" (CINTEAPA), com o objetivo de projetar, melhorar e conservar estradas situadas no âmbito Municipal, identificadas como Alimentadoras do Sistema Rodoviário Estadual e Federal. — Parecer da C.C.J. pela Rejeição.

Em discussão.

#### PROJETO DE LEI N.º 132-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a constituir uma companhia, sob a denominação de "Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras" do Paraná — CINTEAPA — com o objetivo de realizar estudos e elaborar projetos de construção, melhoria e conservação de estradas situadas no âmbito municipal, identificadas como "alimentadoras" do sistema rodoviário estadual e federal, bem como praticar todo e qualquer ato ligado à consecução desse resultado.

**Parágrafo único** — Além do Estado, poderão integrar a companhia os municípios em cujo território se achem as referidas estradas, nela ingressando por ocasião de sua constituição ou à medida em que for autorizado e resolvido o aumento do capital social.

Art. 2.º — A CINTEAPA, terá, ainda, como encargo fundamental, promover, através de empresas subsidiárias, cuja constituição fica, desde já, autorizada, a implantação de uma política rodoviária intermunicipal integrada, prestar aquelas mesmas empresas, assistência técnica, fiscalizar as obras e serviços contratados e exigir das mencionadas empresas a fiel execução dos planos e programas rodoviários que elaborar.

**Parágrafo único** — As empresas a que alude este artigo serão constituídas mediante a reunião de municípios em regiões, na forma prevista na Constituição do Estado, de modo que a cada região corresponda uma empresa subsidiária.

Art. 3.º — Por decisão da Assembléia Geral, a Companhia poderá, ampliando o seu capital, emitir ações a serem subscritas por outros municípios, segundo o critério firmado no parágrafo único do art. 1.º, e pelo Estado, na forma da lei. Os municípios, que vierem a fazer parte da Companhia, o farão, ao mesmo tempo em que, reunidos na forma do parágrafo único do artigo anterior, constituírem mais uma empresa subsidiária.

Art. 4.º — O capital inicial da CINTEAPA será de Cr\$ 1.630.000,00 (hum milhão, seiscentos e trinta mil cruzeiros), dividido em 163.000 (cento e sessenta e três mil) ações de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) cada uma, todas nominativas, sendo 81.500 (oitenta e um mil e quinhentos) ordinárias e 81.500 (oitenta e um mil e quinhentas) preferenciais.

**Parágrafo único** — Do total referido neste artigo o Estado do Paraná, subscreverá 32.600 (trinta e duas mil e seiscentas) ações ordinárias, cabendo aos municípios que ingressarem na Companhia a subscrição do restante do capital social, na proporção da capacidade financeira de cada um.

Art. 5.º — Os dividendos que couberem ao Estado e aos municípios que façam parte da CINTEAPA serão aplicados, inicialmente:

a) na integralização dos valores das ações subscritas pelo Estado e pelos municípios integrantes da sociedade;

b) na aplicação, até 20% em serviços rodoviários, ligando zonas de alta produção e abastecimento a centros de comercialização ou de consumo, que não tenham constado originariamente de Plano Diretor.

Art. 6.º — Para integralização do valor de suas ações, na CINTEAPA, o Estado do Paraná poderá utilizar bens e direitos alienáveis que possua, relacionados com o setor rodoviário e os créditos e verbas devidamente autorizados para esse fim.

Art. 7.º — E o Poder Executivo autorizado:

a) — a designar, por decreto, o representante do Estado nos atos constitutivos da CINTEAPA — Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras do Paraná e das empresas subsidiárias que vierem a ser criadas;

b) a oferecer a garantia do Estado, sob a forma de fiança, aval, endosso ou outra qualquer, às operações de crédito e aos contratos para execução de obras e aquisição de materiais e equipamentos celebrados pela Companhia e pelas empresas subsidiárias que, com o mesmo objetivo, vierem a ser criadas;

c) — a consignar, na proposta orçamentária para 1972, verba própria para integralização do restante do valor das ações subscritas.

Art. 8.º — A Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras do Estado do Paraná terá um Conselho Administrativo, onde, além do representante do Estado deverá haver representantes das empresas subsidiárias, na proporção de um para cada empresa.

§ 1.º — As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria absoluta de seus membros, sendo o voto do representante do Estado equiparado ao de uma subsidiária.

§ 2.º — A escolha dos representantes das subsidiárias será feita pelas mesmas, sendo que todos os seus integrantes terão voto igualitário independentemente do capital com que cada município entre para o empreendimento.

Art. 9.º — O Estado do Paraná responde subsidiariamente por todos os compromissos legalmente assumidos pela CINTEAPA e suas subsidiárias.

Art. 10.º — As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas, no corrente exercício, pela dotação da rubrica sob código local 4.1.00 — Despesas de Capital (Investimentos), no valor de Cr\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil cruzeiros) do orçamento vigente.

Art. 11.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 12.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1971.

a) — DEPUTADO NIVALDO KRÜGER



## JUSTIFICATIVA:

A iniciativa que ora submetemos à consideração dos Srs. Deputados, é o meio capaz de solucionar em prazo curto, os problemas defrontados pelo Estado, para a construção de Estradas Alimentadoras, no âmbito Municipal. Elas são identificadas por este nome, porque são, verdadeiramente, as que canalizam para o sistema rodoviário estadual e federal, os meios, a produção, etc. que vão alimentá-las.

Adotadas no Rio Grande do Sul, sob a mesma estrutura funcional, ela apresentou resultados altamente expressivos, que colocaram aquela unidade federativa em condição privilegiada em nosso país. Oxalá, possamos repetir o mesmo êxito.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N.º 132-71

## PARECER

O nobre deputado Nivaldo Kruger propõe que a Assembléia autorize o Poder Executivo a constituir uma empresa pública, sob a forma de sociedade por ações, com a finalidade de estudar, projetar e praticar toda espécie de atos necessários a dotar o Estado de um sistema viário, constituído de rodovias "alimentadoras" da rede estadual e federal de estradas.

Entre outras disposições de sentido complementar, o projeto estabelece também que o Estado deverá compulsoriamente subscrever 32.600 ações nominativas ordinárias, oferecer garantia sob a forma de fiança, aval ou endosso, às operações de crédito e aos contratos realizados, além de consignar no orçamento vindouro a dotação correspondente ao total de ações subscritas.

Determina, finalmente, o projeto no penúltimo artigo, que as despesas com a execução da lei, correrão pela dotação orçamentária indicada, no valor de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros).

Analisando cuidadosamente a iniciativa do ilustre deputado Nivaldo Kruger, com o maior interesse em função da importância da matéria nela disciplinada, esbarramos infelizmente em obstáculo de natureza constitucional de difícil, senão impossível remoção.

Trata-se do disposto nos arts. 47 — I — e 35 da Constituição do Estado que tem por objetivo superior o de assegurar ao Executivo as iniciativas que possam afetar a estrutura administrativa e econômico-financeira do Estado.

Ora, como está redigida a matéria do projeto, na sua essência dependente da movimentação de valores pecuniários do Estado, não reúne condições de viabilidade constitucional e legal.

Por essa razão, embora louvando a procura de solução para tão grave problema paranaense, devemos render-nos perante o imperativo da Carta Estadual.

Pela rejeição.

Sala das Comissões, 4.11.71

aa) Wilson Brandão — Presidente

Armando Queiroz — Relator

Emílio Carazzai

Muggiati Filho

Sebastião Rodrigues Júnior

Gilberto Carvalho

Igo Losso

Arthur de Souza.

O SR. MUGGIATI FILHO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado, para discutir.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela rejeição do Projeto que ora se discute, funda-se unicamente em matéria constitucional.

Desejo, como membro da Comissão de Constituição e Justiça, na qual votei favoravelmente com o relator, retificar o meu voto porque não pretendo ser, em Plenário, contraditório com o meu próprio procedimento da matéria em votação.

Entendi, em princípio, que a Comissão de Constituição e Justiça pretendia, de certa forma, ser radical e adotar uma jurisprudência radical em matéria de projetos autorizatórios.

No entanto, Sr. Presidente, acabamos de aprovar em 2.ª discussão um Projeto, por coincidência de autoria do mesmo Sr. Deputado Nivaldo Kruger, que também autoriza o Executivo a criar uma Escola. Segundo o mesmo princípio este Projeto seria inconstitucional, se adotado o princípio da rejeição do Projeto que ora se discute.

E estamos firmando, neste caso, a jurisprudência, pelo menos enquanto tramita, na Casa, projeto de lei autorizatório, de aprová-lo: Essa autorização quase sempre é retificada se o projeto é vetado. Esse costume, essa prática, também se registra nesta Casa. Porém, aí vem já a análise, o motivo superveniente que não interessa neste caso. Estamos discutindo o Projeto e não podemos fazer, em absoluto, previsão, se ele será, ou não, vetado, pelo Executivo, pelo Sr. Governador do Estado.

De modo que, a fim de manter a coerência pela maneira com que temos votado nesta Casa, por aceitarmos a decisão da Maioria, queremos retificar o nosso voto, na Comissão, votando, em Plenário, favoravelmente ao Projeto.

Nestas condições, Sr. Presidente, por entender que seria uma clamorosa injustiça rejeitar-se um Projeto que poderia, inclusive, ser transformado em lei, se assim o entender o Sr. Governador e cujos méritos são indiscutíveis, seria uma clamorosa injustiça, repito, que rejeitássemos um Projeto sobre o mesmo argumento, através do qual acabamos de aprovar um outro Projeto.

Era o que me cabia declarar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 132-71. O SR. NIVALDO KRÜGER — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pouco há que dizer depois do pronunciamento do Deputado Muggiati Filho.

Quero apenas fazer um apelo a esta Casa no sentido de que seja encontrada uma forma de superar este impasse. Os argumentos usados pelo nobre Deputado Muggiati Filho não necessitam de nenhum reforço, os fatos saltam à vista de todos nós.

Comportamento desta ordem faz com que aumente o conceito que tenho de V. Exa. como homem público.

Quero, ainda, sobre este Projeto, lembrar que, por uma coincidência

muito feliz, no dia que antecedeu a sua discussão, o Sr. Secretário da Fazenda, ontem, acentuava a necessidade de que o Paraná tem de dinamizar um plano especial, um sistema rodoviário de estradas vicinais. Acentuava S. Exa. que o Estado do Paraná está carente de um esquema rodoviário de estradas vicinais. Temos as espinhas dorsais, colocadas sobre os divisores do Paraná. As grandes estradas cortam o Norte, o Oeste, o Sul, faltam as costelas neste grande campo rodoviário, neste grande organismo.

E este Projeto de Lei foi apresentado há quase um ano atrás. Nem era Secretário da Fazenda o Sr. Maurício Shulmann, e numa feliz coincidência, S. Exa., ontem acentuou a importância de se implantar no Paraná uma estrutura que possibilite ao Estado a adoção de um programa de estradas vicinais e esse Projeto de Lei tem exatamente esse endereço! darmos ao governo um instrumento capaz de atender a essas necessidades. A exemplo do que faz o Estado do Rio Grande do Sul. É evidente que estou discutindo a utilidade do Projeto, não estou me fixando no aspecto jurídico que tão bem já foi abordado pelo Deputado Muggiati Filho.

De modo que apelo a esta Casa, para encontrarmos uma forma de superar esse óbice, e assim estaremos entregando ao governo um instrumento capaz de lhe propiciar a execução desse plano.

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Realmente, nobre Deputado, nesta fase em que o Paraná, segundo as declarações que ouvimos ontem, foi incluído no corredor de exportação por Paranaguá, uma série de estradas tronco rodod-ferroviárias será construída para complementação desse corredor de exportação.

Também é necessário que essas estradas vicinais venham de encontro a esse corredor. Razão porque acho de muita importância, muito válido e oportuno, o Projeto de V. Exa., em que pese a respeitabilidade que temos pela nobre Comissão de Constituição e Justiça, quando exarou parecer contrário.

A nossa Bancada irá votar favoravelmente ao Projeto, mesmo que o sr. Governador entenda vetá-lo. Pelo menos que sirva de lembrete, de sugestão e apelo a S. Exa., no sentido de que o Estado se organize, a fim de dar atendimento a essas estradas vicinais, que em última análise, serão as estradas que virão de encontro a esse corredor de exportação, tão falado e de tanta importância para o Paraná.

De modo que a nossa Bancada a votará favoravelmente

O SR. NIVALDO KRÜGER — Depois da manifestação do Líder do Governo, não há mais nada a dizer. Quero apenas solicitar, de público, que são momentos como este, que ainda nos estimulam a permanecer lutando aqui nesta Assembléia. Momentos de grandeza, momentos de entendimento, em que todos passamos a ser, praticamente, um corpo só, é que nos animam a continuar nesta luta pelo bem estar do nosso povo.

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a discussão do Projeto de Lei n.º 132-71. Esta Presidência vai colocar em votação o Projeto pelo parecer contrário. Os srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram se levantar. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 139-71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo celebrar Convenio através do D.E.R., com o Executivo Municipal de Cruzeiro D'Oeste, para pavimentação asfáltica da estrada que liga a sede deste à Rodovia Maringá-Umuarama (PR-86). — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

## PROJETO DE LEI N.º 139-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado, através do Departamento de Estradas de Rodagem, a celebrar convênio com o Executivo Municipal de Cruzeiro D'Oeste para pavimentação asfáltica da via que liga a sede deste último à rodovia Maringá-Umuarama (PR 86), com implantação do correspondente trevo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de julho de 1971

a) Dep. Wilson Brandão

## JUSTIFICATIVA:

A via que ligará Cruzeiro D'Oeste à rodovia Maringá-Umuarama é uma promessa de Governo anterior, crescendo com o tempo a absoluta necessidade de seu asfaltamento. Estamos frente a uma antiga reivindicação, de todo justa, eis que satisfaz a objetivos intimamente ligados a um melhor aproveitamento seu, ensejando transporte mais rápido e seguro de riquezas agrícolas. E como marchamos para dar ao Paraná estradas ideais e estratégicas para o escoamento dos resultados de trabalho grandioso dos campos, a iniciativa de que tratamos merecerá, certamente, acolhida favorável e pronta.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## Parecer ao Projeto de Lei N.º 139-71

Autor: — Dep. Wilson Brandão

Súmula: — Autoriza celebração de convenio para pavimentação de estrada.

1) — O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Wilson Brandão, visa autorizar o Poder Executivo a firmar convênio, através do Departamento de Estradas de Rodagem, com a Prefeitura Municipal de Cruzeiro D'Oeste, para fins de ser efetuada a pavimentação asfáltica da estrada que liga a sede do mencionado Município à rodovia Maringá-Umuarama.

2) — Por tratar-se de simples autorização legislativa, nada obsta a sua aprovação, do ponto de vista legal.

É o parecer, sub censura.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1971

(aa.) Muggiati Filho — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

Emílio Carazzai

Borsari Netto

Cândido M. de Oliveira

Sebastião R. Júnior

Armando Queiroz



## Projeto de Lei N.º 139-71

## COMISSÃO DE FINANÇAS

## Parecer ao Projeto de Lei N.º 139-71

O Caráter autorizativo que é emprestado pelo projeto, não traz nenhuma implicação de ordem financeira, razão pela qual somos pela sua aprovação. Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1971

(aa.) Leopoldo Jacomet — Presidente

Paulo Poli — Relator

Fuad Nacli

Gabriel Manoel

1.a DISCUSSÃO do Projeto de Lei n.º 148-71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo delegar poderes à "FUNDEPAR", para firmar Convênio com a Prefeitura Municipal de São Jorge, objetivando a construção de um prédio Escolar para o "Grupo Escolar Copacabana do Norte". Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **Aprovado.**

## PROJETO DE LEI N.º 148-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a delegar poderes à FUNDEPAR para firmar convênio com a Prefeitura Municipal de São Jorge, objetivando a construção de um prédio escolar para o "Grupo Escolar de Copacabana do Norte", Distrito do citado Município, de alvenaria, com oito (8) salas de aula e duas outras destinadas à sua Diretoria e Secretaria.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de julho de 1971.

(a) Dep. Wilson Brandão

## JUSTIFICATIVA:

O objeto do presente Projeto de Lei é atender, com inteira justiça, antigo reclamo de uma coletividade que constata, de há muito, com natural constrangimento, suas crianças carentes de Ensino em local adequado e que valha como um anúncio do interesse governamental em irradiar seus benefícios atento às suas metas de prestigamento das esperanças de nossa juventude. Em verdade, o supra citado Grupo Escolar está instalado em velho e comprometido prédio de madeira, apresentando péssimas condições de real e desejado aproveitamento para os fins a que se destina. Convém consignar, também, que o convênio das mesmas características do ora reivindicado foi firmado com a Prefeitura Municipal de Floresta.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N.º 148-71

Autor: — Deputado Wilson Brandão

Súmula: — Autoriza delegação de poderes pelo Executivo à FUNDEPAR.

## P A R E C E R

1) — O Projeto em exame, subscrito pelo nobre Deputado Wilson Brandão, visa autorizar o Poder Executivo a delegar poderes à FUNDEPAR, para o fim de ser construído prédio para instalação do Grupo Escolar de Copacabana do Norte, no Município de São Jorge, mediante convênio.

2) — Por tratar-se de mera autorização legislativa, nada obsta o acolhimento do plano de lei oferecido.

É o parecer, sub censura.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1971

(aa.) Muggiati Filho — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

Sebastião R. Júnior

Cândido Martins de Oliveira

Borsari Netto

Emílio Carazzai

Armando Queiroz

## COMISSÃO DE FINANÇAS

## Parecer ao Projeto de Lei N.º 148-71

Firmar convênio é da atribuição do Poder Executivo, portanto trata-se de mera autorização legislativa.

A matéria em si não traz implicações de ordem financeira.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1971.

(aa.) Leopoldo Jacomet — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

Fuad Nacli

Paulo Poli

Gabriel Manoel

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 179-71, de autoria do Dep. Antonio Belinati, que autoriza o Poder Executivo promover Concurso Público para preenchimento de vagas no Magistério Primário do Estado e dá outras providências. Parecer Contrário da C.C.J. — **Rejeitado.**

## PROJETO DE LEI N.º 179-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a promover concurso público para o preenchimento de vagas no Magistério Primário do Paraná.

Art. 2.º — As despesas decorrentes correrão à conta de Dotação orçamentária própria.

Art. 3.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1971

(a) Dep. Antônio Belinati

## JUSTIFICATIVA:

Atualmente existem no Paraná mais de 15 mil normalistas inativas, que não estão sendo aproveitadas no magistério por falta de novos concursos. Todos os anos formam-se no Paraná mais de 4 mil professoras que, apesar de habilitadas, deixam de ter a oportunidade de ingresso no Magistério. Conforme palavras do próprio Senhor Secretário da Educação, proferidas no Plenário desta Casa, 60,1% das professoras lotadas na SEC não são habilitadas. Esses dados são suficientes para comprovar a urgência de novo concurso, visando o aproveitamento de boa parte das normalistas inaproveitadas, o que viria valorizar ainda mais o magistério primário estadual.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## Parecer ao Projeto de Lei N.º 179-71

1) — De autoria do nobre Deputado Antonio Belinati, o projeto de lei em apreço visa a autorizar o Poder Executivo a promover concurso público para o preenchimento de vagas nos quadros do magistério primário.

2) — A justificação da proposição está centrada na necessidade de aproveitar um considerável contingente inativo de normalistas, mais de 15 mil, segundo o autor, e que por falta de concurso não estariam sendo aproveitadas, enquanto que mais de 60% das professoras lotadas na Secretaria de Educação e Cultura não são habilitadas, conforme declaração do titular da referida Pasta, em palestra proferida nesta Casa.

3) — Preliminarmente: Não se trata de matéria legislativa objeto da ação própria, específica deste Poder. A Autorização do projeto é mera repetição, aliás inócua, do que se contém no elenco de atribuições institucionais e constitucionais, historicamente consagradas ao Poder Executivo.

A Constituição Estadual vigente, com efeito, estabelece no inciso V, do art. 47, a exclusividade da prerrogativa ao Governador do Estado. É desnecessária, portanto, a autorização. Quanto muito caberia uma indicação ou apelo ao Executivo, no sentido de realização do concurso público.

4) — O meu parecer é contrário ao projeto.

Sala das Comissões, em 4 de novembro de 1971

(aa.) Wilson Brandão — Presidente

Armando Queiroz — Relator

Emílio Carazzai

Arthur de Souza

Muggiati Filho

Gilberto Carvalho

Igo Losso

Sebastião Rodrigues Júnior

O SR. PRESIDENTE — Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, na qualidade de Líder da ARENA, indicando os Srs. Deputados Armando Queiroz, Luiz Roberto Soares, Cândido Martins de Oliveira e Antônio Lopes Júnior, para comporem a Comissão Especial de Emenda à Constituição. Será encaminhado ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões, para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do expediente, na qualidade de Líder MDB, indicando seu próprio nome para compor a Comissão Especial de Emenda à Constituição Estadual. Será encaminhado ao Departamento Legislativo, Divisão de Comissões, para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquin Speerandio. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro da Agricultura, no sentido de ser concedida anistia das multas, juros e correção monetária referentes a lançamentos levados a efeito pelo IBRA. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando que o pedido de informações de sua autoria, aprovado ontem, seja endereçado ao Sr. Secretário de Justiça. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando transcrição na Ata dos trabalhos de hoje, de editorial publicado no jornal "O Debate", sob o título "Monumento de Amor". **Aprovado. (O editorial a ser publicado, acha-se transcrito no final desta Ata).**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final ao Projeto de Lei n.º 244-70. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Junior, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado e Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., no sentido de que estudem a possibilidade da concessão de financiamento prioritário aos produtores de menta do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Junior, constante do expediente, seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado e Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., no sentido de que estudem a possibilidade da concessão de financiamento prioritário aos produtores de menta do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Junior, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais desta Casa, das reportagens "Menta, uma riqueza nacional desconhecida" e "Lavradores explorados por grupos internacionais", publicadas no jornal "Folha de Londrina". **Aprovado. (As reportagens a serem transcritas, acham-se publicadas no final desta Ata).**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo aos Srs. Ministros da Fazenda e Agricultura e ao Presidente da Comissão de Financiamento à Produção do Ministério da Fazenda, no sentido de que determinem providências para a fixação de preço mínimo na comercialização da menta. **Aprovado.**



Requerimento de autoria do Sr. Deputado Marciano Baraniuk, constante do Expediente, solicitando seja endereçado apelo ao Sr. Presidente do Diretório Nacional da ARENA, no sentido de que juntamente com a cúpula partidária e autoridades federais seja encontrada uma solução legal e viável, tendente a proteger a honrabilidade pessoal e funcional dos militantes políticos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, lido da Tribuna, solicitando seja constituída uma Comissão de Srs. Deputados para visitarem as instalações da Indústria Pioneira de trator nesta Capital, estendendo-se o convite a todos os Parlamentares, em dia e hora a ser estabelecido. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo aos Srs. Ministro da Educação, Secretário de Educação e Cultura e ao Sr. Reitor da Universidade de Londrina, no sentido de que seja criada a Faculdade de Agronomia de Londrina, objetivando atender a grande massa de estudantes daquela comuna. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, lido da Tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor do D.E.R., no sentido de que sejam feitos reparos de conservação na BR 369. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado pronunciamento sobre Projeto de construção de ferrovia, ao Sr. Ministro dos Transportes. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, lido da Tribuna, solicitando voto de regozijo, pela inauguração, em sua fase produtiva, da Usina do Xisto em São Mateus do Sul. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência necessita falar dois minutos, em Explicação Pessoal. Antes de deixar esta Presidência, porém, comunica com satisfação a presença neste recinto, do Sr. Vereador Nicanor Hoffmann Pain, da cidade progressista de Lagoa Vermelha, do querido Estado do Rio Grande do Sul.

(Assume a Presidência, o Sr. Deputado Dornício Scaramella).

O SR. PRESIDENTE — Para Explicação Pessoal, com a palavra o Sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente e Srs. Deputados, não poderia deixar de, nesta última sessão semanal, trazer para conhecimento dos Srs. Deputados, em forma de denúncia, o que se está fazendo neste País, de prejudicial aos suinocultores deste Estado e de resto dos Estados mais meridionais, maiores produtores de carne, de gordura, fruto das nossas criações de suínos.

Acaba o Governo Federal de facilitar a importação de banha. Esta importação está a trazer prejuízos enormes para a suinocultura paranaense, e quero crer, catarinense e gaúcha também.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Somente para auxiliar V. Exa., é estranhável o que está ocorrendo, porque existem instruções do Governo, para o Banco do Brasil, no sentido de não financiar o que se chama de porco-banha, financiando apenas o porco-carne, porque, segundo entendimento do Governo, existe super produção de porco-banha.

Isto me surpreende.

O SR. IVO TOMAZONI — Vejam a barbaridade que se está a cometer contra a economia paranaense. Não bastasse o Governo Federal autorizar a importação de cerca de 6 toneladas de banha oriunda da Bélgica, está o Governo Federal, através de uma Resolução que levou o n.º 1295 do Conselho de Política Aduaneira ligada à Receita Federal, isentando dos impostos de importação este produto, esta isenção atinge um período que vai de 4 de Abril de 1972, com duração de 6 meses.

Sabe-se, Srs. Deputados, que das 6.000 toneladas já encomendadas, mais de 1.000 toneladas foram desembarcadas em portos brasileiros. Segundo o artigo 4.º complementado pelo artigo 5.º da própria Resolução que autoriza esta importação, ela poderá ser suspensa a qualquer momento, desde que justificadas as causas de prejuízos causados a economia, à parte, a uma das economias do País. Quer, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Governo Federal, impingir mais um sério prejuízo a uma das economias paranaenses, tão sacrificadas. Veja-se que a banha holandesa importada, vai ser colçada no mercado nacional, ao preço de 2,70 o quilo...

Tínhamos o nosso produto nacional colocado no mercado ao preço de 160 cruzeiros a caixa de 30 quilos. A importação deste produto fez com que o preço do produto nacional caísse para 110 cruzeiros a caixa de 30 quilos e há ofertas ao preço de 100 cruzeiros. Não é necessário dizer que esta importação está provocando verdadeiro colapso na suinocultura que já vinha tendo preço razoavelmente bom. As notícias obtidas são de que a banha holandesa, como disse, acrescida do imposto do ICM estaria no mercado ao preço de dois e setenta. Estão sendo feitas importações de banha e é de estarrecer que os próprios frigoríficos dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Paraná, e dá para citá-los, o Frigorífico Borela, o frigorífico Chapeco, Dama, Perdigão e a própria Sadia, estão fazendo a importação deste produto. Jamais se viu em relação a suinocultura procedimento tão suicida. Em épocas passadas jamais foi possível estabelecer um acordo entre os frigoríficos para a defesa de preços na venda dos produtos com reflexos é evidente na compra com uma estabilização salutar. No momento em que a venda da banha atinge a cifra record de 160 cruzeiros a caixa de 30 quilos, preço que se considera até um absurdo, é verdade, em realidade devia o Governo Federal adotar uma medida de incentivo no sentido de que este produto fosse colocado no mercado a preços mais acessíveis. No entretanto, isto de importar banha estrangeira, desorganizando totalmente a suinocultura nacional, jamais tão combatida e que procurava se soerguer neste Estado do Paraná. É lamentável vir a esta Tribuna e dar à Casa o conhecimento de medida que tamanho prejuízo vem causar a uma das principais economias da região que nós representamos nesta Casa.

O Sr. Sebastião Rodrigues Jr. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para fazer uma ligação que na certa não teria passado despercebida por V. Exa. É que o Paraná também é o primeiro produtor no País de milho e o milho que produz o Paraná, além de ser vendido consumido internamente para a suinocultura, é em grande parte vendido para o vizinho

estado do Rio Grande do Sul com a mesma finalidade. Então esta medida, além de atingir a suinocultura paranaense, atinge também grande número de lavradores que vivem quase que exclusivamente do plantio do milho, destinando seus produtos a venda para a suinocultura. Era o escárnio. Muito obrigado.

O SR. IVO TOMAZONI — V. Exa. lembrou bem, nobre Deputado, quando sabemos que 60% do milho produzido na nossa região é consumido na alimentação do rebanho pela suinocultura e veja bem V. Exa., não estamos também isentos de que esta medida tenha reflexos danosos no preço da soja que neste instante está sendo comercializado, pois um dos seus subprodutos é usado hoje também em substituição à gordura de suíno para os alimentos de cosinha principalmente; é lamentável que isto tenha ocorrido mas vale o apelo desta Assembléia Legislativa dirigido ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio e ao Sr. Ministro da Fazenda, no sentido de que verifique a possibilidade de que a totalidade do produto encomendado não seja posto a venda no mercado nacional para que se interrompa esta importação porquanto os prejuízos já enunciados e os alertas já feitos por Srs. Deputados das Assembléias do Rio Grande do Sul e do Estado de Santa Catarina, aos quais queremos somar o nosso pedido, a nossa solicitação, que façam com que os suinocultores do nosso Estado estejam também a salvo desta investida até governamental, fazendo com que o preço do suíno caia tão vertiginosamente e numa proporção do preço da banha, por exemplo, que estava a 160 cruzeiros a caixa de 30 quilos e caiu assustadoramente para 100 cruzeiros, em questão de dias, no mercado nacional.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Aproveitando o pronunciamento de V. Exa. queria lembrar que o Governo vem repetindo atos desta ordem que inclusive vem prejudicando setores importantíssimos da vida econômica do nosso Estado. E não só do Estado como do próprio País. Cito o exemplo da cebola, o produtor de cebola há dois ou três anos atrás, animados com as perspectivas do consumo no mercado interno, ampliaram as áreas de financiamento, adquiriram terras e implementos adequados para este cultivo, produto altamente perecível. E o Governo, diante da atividade do mercado interno ou da avaria do mercado interno permitiu que um grupo de comerciantes fizesse uma enorme importação de cebola, soltando a mercadoria no mercado, trinta dias antes da produção nacional.

E esta cebola estrangeira liquidou com o produtor de cebola nacional. Agora repete-se o que se fez no ano passado, importa-se banha quando apresentam-se perspectivas favoráveis à suinocultura, que como bem V. Exa. sabe, há três anos vem sofrendo uma crise terrível. Os suinocultores encerraram suas atividades e quantas pocilgas foram fechadas, quantos prejuízos à economia do Estado e do próprio País, pelo desinteresse neste campo?

Agora, que as atividades estavam apresentando um índice de rentabilidade razoável, ressarcindo-se o produtor dos prejuízos sofridos nos anos anteriores, adota-se uma medida desta ordem.

Solidarizo-me com V. Exa., V. Exa. fez uma observação de grande valia e creio que estão os Srs. Deputados de pleno acordo com a proposição de V. Exa. E devemos endereçar telegrama ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio para que não permita esta barbaridade contra a suinocultura brasileira. Era o aparte.

O SR. IVO TOMAZONI — Agradeço a V. Exa. o apoio ao telegrama, para que seja enviado ainda hoje a S. Exa., o Sr. Ministro da Indústria e Comércio, secundando o apelo ao Sr. Ministro da Fazenda.

Quero deixar a Tribuna atendendo a uma solicitação do Deputado Antonio Lopes Jr., lembrar aos Srs. que amanhã, não havendo sessão legislativa, teremos, promovida pela CABENFALE, a Páscoa para os Deputados, funcionários e familiares no recinto desta Assembléia Legislativa.

O Sr. Leopoldo Jacomet — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Ivo Tomazoni, ouvi com grande interesse o pronunciamento de V. Exa., mesmo porque em 67, se não me falha a memória, ocorreu a mesma situação com relação à importação da banha para o Brasil. É oportuno o pronunciamento de V. Exa., muito especialmente, quando se sabe que as Assembléias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, já se pronunciaram nesse sentido. V. Exa. assumiu a Tribuna dizendo que faria uma denúncia, dizendo que estaria fazendo denúncia. Nós solicitaríamos a V. Exa. que a transformasse, a denúncia de V. Exa. em imediato, em Telex ao Sr. Ministro da Fazenda e ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio, porque consideramos realmente o problema gravíssimo; não entendemos também porque, não entendemos mesmo, porque frigoríficos brasileiros, ou melhor, paranaenses, tomem a iniciativa de adquirir o produto de origem estrangeira, quando eles mesmos, como disse, com muita propriedade o Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, eles mesmos procuram não adquirir o porco banha e sim o porco carne. Há uma contraversão na exposição de motivos do jornal que edita esta denúncia, ou há uma contraversão dos próprios frigoríficos que se encontram a favor da importação da banha, como disse o Deputado Nivaldo Krüger.

Peço a V. Exa. que redija o Telex ao Sr. Ministro da Fazenda e que conte com o meu apoio e acredito que toda a casa o apoiará.

Era o aparte.

O SR. IVO TOMAZONI — Quanto ao arguido, sobre o que consideramos até uma anomalia, a presença dos frigoríficos na importação da banha, um dos industriais justificou a presença dos frigoríficos na importação desse produto, dizendo que se eles, proprietários dos frigoríficos, não entrassem no convênio da importação desse produto, comerciantes estrangeiros a este ramo de comércio haveriam de entrar, com sérios prejuízos para aquela indústria. Razão pela qual, pretendo justificar a presença dos frigoríficos nesta importação.

Mas a verdade é que os frigoríficos receberão esta banha. E, diga-se a bem da verdade, que a importação de 67 foi de um produto de péssima qualidade. Vem em tambores de 200 quilos, é aqui derretida e acondicionada em pacotes de 1 quilo e vendida no mercado no sistema do produto nacional, em caixas de 30 quilos.

O Sr. Leopoldo Jacomet — V. Exa. permite outro aparte? (Assentimento)

É o que aconteceria no caso dessa importação, como V. Exa. citou há pouco a intromissão de comerciantes não especializados. E já ocorreu no Brasil a importação de arame farpado por uma firma de tecidos. Mas o Governo tomou as devidas providências e houve realmente a censura à imposição do Sr. Ministro da Fazenda. E aliás o Ministro da Justiça indeferiu o Mandado de Segurança impetrado pelo importador de tecidos que havia justificado dizendo inclusive que pagara caro.

De maneira, que eu entendo que se os frigoríficos não tomassem a dianteira, teria acontecido o que já aconteceu.

Obrigado por me conceder a oportunidade de dar o aparte.

O SR. IVO TOMAZONI — Eu é que agradeço a V. Exa. e me conzi



dero autorizado por este Plenário, para redigir os dois Telex que hoje mesmo serão expedidos para os Srs. Ministro da Indústria e Comércio e da Fazenda. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para o dia 26, segunda-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 14-72 e dos Projetos de Lei n.ºs 127-70 — 2-71 — 107-71 — 135-71 — 175-71 — 198-71 — 223-71 — 28-72 e 244-70.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 84-71.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 15-72 e dos Projetos de Lei n.ºs 132-71 — 139-71 e 148-71.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 149-71 e 83-72.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO MAURICIO FRUET, NA SESSÃO DE 22 DE JUNHO DE 1972

"MOMENTO DE AMOR

Será inaugurado hoje o novo prédio da APAE, obra da comunidade e poderes públicos. Eis um gesto profundamente humano, cheio de clareza e esperança. Abrir as portas de um novo templo, onde a comunidade unida vai orar com devoção e depositar com fé e dedicação a solidariedade e o esforço que exige esta obra de inteligência, de persistência e de amor. Realmente é dever de todos os homens lúcidos, como é obrigação das comunidades esclarecidas, entender que as escolas devem ser consideradas como os templos, onde a fé se renova, a vida se aperfeiçoa e o amor edifica a existência de cada ser. É igualmente dever e obrigação reconhecer que o bem estar da criança deve ser a lei suprema, destinando-se grandes parcelas de recursos para a promoção humana, no desmontar novos caminhos e novas paisagens iluminadas pela ternura. Para tanto é fundamental a luta contra o maior e mais nocivo adversário comum: o individualismo egoísta. E APAE significa vitória contra o individualismo ao reunir os homens para servir a causa comum, nunca para servir-se dela. APAE, eis uma bandeira desfraldada no coração da comunidade. APAE, exemplo de união de pais e amigos como irmãos para cumprir a sublime tarefa de amparo a criança excepcional. APAE, obra de paciência sem limites, de solidariedade sem fronteiras, de esforços sem fadigas. APAE, lição de humildade e trabalho, de respeito pela vida humana, de compaixão e fraternidade. Dar as mãos a uma criança significa unir o coração do homem ao coração do mundo, pois a criança é a síntese da humanidade. Dar as mãos a uma criança deficiente, treinando-a para que possa encontrar a alegria de viver e integrar-se na comunidade, significa gesto superior de apreço pela vida humana.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Irati tem apenas cinco anos. Fundada em 15 de março de 1967, transformou-se num exemplo de união e trabalho dos iratienses. Sem recursos financeiros, sem patrimônio, sem meios legais, sem professoras especializadas, sem experiência, sem nada a não ser disposição para o trabalho, os obstáculos foram sendo vencidos sem desânimo. Nada era real, mas tudo era esperança. José Duda Júnior foi o grande líder do movimento, ajudado por todos, povos/poderes públicos, indústria/comércio, sem restrições cada iratiense entregou sua parcela de ajuda material ou espiritual. Assim, hoje tudo é realidade, as crianças têm orientação e afeto. As flores tem as mãos que as protegem. E por isso as esperanças são infinitas. Tão infinitas que se tornam oração e chegam ao céu numa prece de muito obrigado por esta obra, muito obrigado por este milagre, muito obrigado aos que construíram esta escola e edificaram este monumento de amor. Não só de amor, mas monumento da consciência humana.

José Maria Orreda."

MATÉRIAS CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR, NA SESSÃO DE 22 DE JUNHO DE 1972

"MENTA, UMA RIQUEZA NACIONAL DESCONHECIDA

Os dois maiores dramas dos lavradores de hortelã são: falta de preço mínimo e manipulação do comércio nacional e internacional por grupos econômicos alienígenas. A ausência do preço mínimo vem praticamente a acarretar as violentas oscilações das cotações internas do produto. A intervenção de maneira garantidora do Estado brasileiro na criação desse preço mínimo é fundamental. Inclusive porque, alguém disse aqui na FOLHA, no último domingo, que "o comércio é livre e entra nele quem quiser". É uma meia verdade. A luz dos fatos econômicos contemporâneos, especialmente nas regiões em vias de desenvolvimento, é não somente imperiosa como fundamentalmente necessária a presença dos organismos do Estado para garantir o produto do trabalho da sua gente. E, não tenhamos dúvidas, se houvesse um preço mínimo as organizações que monopolizam o setor teriam que obedecê-lo, sob pena de sofrerem sanções oficiais. E para a adoção desse preço mínimo tornar-se necessária muitos estudos e muitas pesquisas dos órgãos oficiais, para que efetivamente se determine um "quantum" justo e remunerador para os lavradores.

Mas as dificuldades para se levantar dados e informações sobre a cultura da menta no Paraná são enormes. O não conhecimento da realidade do problema pelos órgãos públicos e privados (inclusive os que teoricamente deveriam defender os lavradores) força a que o pesquisador do processo econômico não encontre dados e informações que possibilitem estudar e analisar o problema em profundidade. Em Londrina e no Norte do Paraná (a maior região produtora do mundo) não existe um só organismo capaz de fornecer informações técnicas e econômicas sobre o assunto. Parece incrível, mas o Brasil, detendo 85 por cento da produção mundial de menta, não tem na região um único órgão que informe a verdadeira face do problema. Por exemplo, o Instituto de Pesquisa Agro-Pecuária Meridional, órgão do Ministério de Agricultura, sediada em Londrina, não tem nenhuma informação a dar sobre a cultura da menta, o que é lamentável. Dessa forma, torna-se difícil e até quase impossível obter dados técnicos sobre a ação econômica provocada pela menta na economia brasileira, dentro do contexto regional.

Quando, no último domingo, abordamos o tema aqui na nossa página, não nos movia até então qualquer interesse polemista. Ao contrário, o objetivo era mostrar a verdadeira face da menta com sua ação imediata no terreno da economia refletindo no sacrificado lavrador através uma baixa

e espoliativa remuneração em função das distorções analisadas na ocasião. Nossa abordagem foi em função da condição de professor universitário estarmos sempre pesquisando os problemas econômicos da nossa realidade. Mas quisera transformar o assunto em polêmica. E ele passou a interessar camadas maiores da opinião pública.

Em respeito ao trabalho desses anônimos heróicos lavradores e em atenção a essa opinião pública que se sensibilizou com a questão ao nível de economia brasileira, resolvemos pesquisar a fundo, apesar das dificuldades e dos obstáculos, a verdadeira realidade da menta no comércio interno e externo. E pela deficiência e impossibilidade total de obter qualquer tipo de informação séria, técnica e equilibrada por aqui, recorremos à amizade que temos com vários técnicos e estudiosos brasileiros dos problemas econômicos e obtivemos dados e informes técnicos QUE PELA PRIMEIRA VEZ SE PUBLICA NA IMPRENSA BRASILEIRA SOBRE O ASSUNTO. Não fosse a existência das facilidades de comunicação moderna proporcionada pelo RÁDIO, teria sido impossível reunir os informes especializados que constam desse trabalho em tão curto espaço de tempo. Os dados, todos oficiais, que vão aqui publicados, foram extraídos do IBGE, DEE, CACEX, BADEP, BANCO DE DADOS, além de informes pessoais:

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MENTA

Ano	Toneladas	Área cultivada (por hectare)
1962/63	103.740	19.850
1963/64	165.450	21.848
1964/65	144.710	19.075
1965/66	141.390	20.587
1966/67	175.310	25.826
1967/68	185.555	26.770
1968/69	196.610	26.100

Com referência, aos anos de 1969, 1970, 1971 e 1972, vamos nos basear na produtividade média dos anos acima enumerados. Nesse período então, tecnicamente provado, encontraremos no que diz respeito à produtividade uma tonelada do produto para cada 7 hectares, dando por volta de 2,9 alqueires de área cultivada.

Uma produtividade, por conseguinte, muito boa. Quanto aos preços nos mercados internacionais do produto, eis uma tabela com a seguinte mostragem:

PREÇOS — MERCADO INTERNACIONAL (dólares por quilo)

Anos	Mentol Cristalizado	Óleo Desmentolado
1960	11,52	2,71
1961	16,16	4,27
1962	8,77	3,11
1963	5,84	1,77
1964	5,60	1,84
1965	5,64	1,97
1966	9,88	3,61
1967	8,06	2,41
1968	7,53	2,29
1969	6,56	2,30
1970	7,71	3,16

Observem que o produto chegou a obter o preço de 16 dólares e 16 cents em 1961, na sua forma cristalizada, e 4 dólares e 27 cents como óleo desmentolado. É realmente uma alteração violenta. Com referência ao ano de 1971, ainda não possuímos elementos para uma melhor análise.

Quanto as exportações brasileiras do produto, os dados são por demais concludentes:

EXPORTAÇÕES EM TONELADAS DO BRASIL

Anos	Mentol Cristalizado	Óleo Desmentolado
1960	346	298
1961	623	554
1962	926	832
1963	1.353	1.376
1964	1.012	964
1965	724	577
1966	873	788
1967	1.282	1.373
1968	1.399	1.304
1969	1.528	1.485
1970	1.378	1.321

A capacidade nacional instalada de refino do óleo de menta é de 4.250 toneladas de óleo bruto por ano. E desse total 87 por cento se concentra no Paraná, estando 13 por cento instalada em São Paulo, que refina a produção procedente do nosso Estado, o único produtor brasileiro.

Nesta hora é oportuno dizer-se que além da determinação federal de criação de preços mínimos, o governo do Paraná está na obrigação imperativa de tomar conhecimento do fato, e não somente isso, mas criar igualmente um mecanismo de defesa econômica que venha a proteger a economia paranaense.

O produto, após a fase de transformação em cristalizado e óleo desmentolado, passa a ser vendido nos mercados internacionais. É estranhamente a China Nacionalista não compra e não consome em escala respeitável o mentol cristalizado, só o fazendo em cerca de 16 por cento, no que diz respeito ao óleo desmentolado, que é a parte não nobre do produto. Trata-se de um "VERDADEIRO MISTÉRIO ORIENTAL". Como é que, em sendo os monopolizadores do mercado mundial do produto na sua fase de comercialização, os chineses de Formosa não tem nenhuma importância como grandes compradores da menta? É um verdadeiro quebra-cabeças, mas que nós ainda iremos decifrar.

A comercialização da menta, após a transformação em MENTOL CRISTALIZADO, se destina aos seguintes países:

Estados Unidos	—	70%
Inglaterra	—	8%
Hong-Kongo	—	6%
França	—	4%
Alemanha	—	3%
Outros países	—	9%
		100%

Observem que o mentol cristalizado é a parte nobre do produto, aquela de maior valor e que se utiliza, no caso dos norte-americanos, até nos seus projetos espaciais, antes de passar por uma série de utilizações na indústria



alimentícia e mesmo na indústria de pneumáticos e na indústria farmacêutica. Porisso é estranhável alguém afirmar que existe superprodução da menta. Aliás, um dos técnicos com quem mantivemos contato telefonico esta semana afirmou-nos que no Brasil ainda não existe dados que provem que haja superprodução da menta no mundo. De maneira que, para uma afirmativa de que há superprodução, conforme foi veiculado neste jornal por um comprador, vai outra que afirma não existir a superprodução. E ficamos com a última opinião, por se tratar de um estudioso e pesquisador da economia nacional.

Por outro lado, se o mentol cristalizado destina-se no montante de percentuais enumerados acima, como fica a parte não muito nobre, isto é, o OLEO DESMENTOLADO? Essa parte do produto é vendida nas seguintes proporções:

Europa	—	65%
EUA	—	14%
Formosa	—	16%
Outros	—	5%

100%

(O quadro de exportações para a Europa está coadoado de maneira global, mas por países os 65 por cento que para lá se destina está distribuído da seguinte maneira: França — 18%; Alemanha — 17%; Inglaterra — 14%; e outros — 16%).

Aí está um estudo técnico e economico provando que o produto tem mercado, mas que sua rentabilidade não satisfaz as aspirações da lavoura. Daí a luta para exigir-se a adoção do PREÇO MÍNIMO como um forma garantidora do governo assegurar uma riqueza nacional protegendo ao mesmo tempo os seus lavradores.

Quando à importância do mentol na pauta de exportação brasileira, destacamos o testemunho do lavrador José Carlos Quadros: "O quadro de exportações de produtos manufaturados em São Paulo, nas duas últimas semanas de maio, deu o 1.º lugar para o mentol cristalizado com US\$ 2.239.568, seguindo-se a carne bovina erlatada, veículos, máquinas e aparelhos elétricos e siderurgicos, roupas feitas, suco de laranja, fios de lã, fios de algodão e no 13.º posto o óleo de menta com US\$ 783.959".

Somando a exportação da menta cristalizada e do óleo de menta, somente nas duas últimas semanas de maio teremos um total de US\$ 3.023.527. Ou seja, três milhões, vinte e três mil, quinhentos e vinte e sete dólares. E por conseguinte um produto expressivo na pauta das exportações brasileiras. No mes de março último, foi a menta responsável pela maior parte da exportação de manufaturados brasileiros. Eis os fatos. Então resta perguntar: por que não existe preço mínimo para o produto?

O que não podemos permitir é que os nossos lavradores permaneçam na condição de cordeiros mansos empobrecendo a cada ano, refletindo igualmente num maior processo de empobrecimento da economia nacional. Enquanto isso grupos internacionais que monopolizam a comercialização da menta enriquecem-se de maneira incalculável, em detrimento daqueles que efetivamente trabalham, produzem e no fim da safra ve a articulação monopolística de grupos economicos baixarem o preço do produto na fase de compra, para logo em seguida levantar o preço novamente, mostrando claramente a aplicação de um conceito de teoria econômica clássica, que não pode existir no processo econômico dos países pobres, já que o Estado deve ser um garantidor do trabalho do seu povo.

Aliás, o governo Médici tem no Plano Nacional de Desenvolvimento a sua grande diretriz para a consolidação da economia brasileira. E no PND, está claro o objetivo da intervenção do Estado como forma de garantir aos nacionais os beneficios do progresso gerado. Ainda esta semana estamos fazendo uma análise do PND, num dos jornais brasileiros com que colaboramos, e destacamos essa intenção do atual governo no seu documento maior de planejamento.

Que os lavradores tenham de imediato garantido o preço mínimo para o produto e que numa outra etapa criem uma ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE MENTA DO PARANÁ, para daqui para a frente defenderem com coragem, sem medo a tibieza essa riqueza nacional, além de defenderem as suas próprias economias. E querendo, desde já, contem como engajado na tropa este humilde sargento do desenvolvimento nacional."

#### "LAVRADOR EXPLORADO POR GRUPOS INTERNACIONAIS

Relembrando Euclides da Cunha, poderíamos afirmar que o lavrador é antes de tudo um forte. Quando se analisa a real situação da atividade grícola naquela que é a maior região produtora do país (Norte do Paraná), só podemos chegar a uma única conclusão: o agricultor é violentamente marginalizado nos ganhos extraordinários que sua ação produtiva provoca. Essa tese, exaustivamente, já a temos analisado, através da FOLHA aqui no Paraná e nacionalmente através dos dois órgãos da imprensa do Rio de Janeiro, com os quais colaboramos com certa frequência.

E esta semana o fato que aqui trazemos é da maior importância para a economia brasileira. Não é possível que o Brasil, o maior produtor de menta do mundo, respondendo por aproximadamente 85 por cento da produção mundial, veja o produtor permanecer violentamente espoliado pela ação nociva de grupos internacionais que teimam em manter uma posição exploradora no jogo das forças de mercado. Esse fato se verifica porque o agricultor não conta com a garantia de preço mínimo, nem tem qualquer tipo de estímulo. E convenhamos que a cultura da menta poderia ser um dos garantidores agrícolas para uma maior permanência brasileira no aspecto faturamento nos mercados internacionais, desde que houvesse uma atenção do Governo mais destacadamente para o setor. A utilização da menta é de praticamente 100 por cento. Da seguinte maneira: de 62 a 72 por cento utiliza-se para a extração do óleo; e os 28 a 32 por cento que restam utiliza-se como óleo desmentolado, transformado em essência de hortelã.

Falando claramente, não há qualquer perda ou eliminação de quantidades no volume, produzido na cultura do hortelã. Quanto à receptividade do produto nos mercados internacionais, é extraordinária. Já que ele é utilizado nos ramos mais variados, indo dos cordoneis pneumático até a utilização nos grandes projetos espaciais. Então é de se perguntar: se o produto encontra essa receptividade nos mercados mundiais e já que somos o maior produtor mundial, por que o lavrador que trabalha com a menta não tem nenhuma cobertura dos setores oficiais?

Desprotegido, inteiramente com os flancos descobertos quando parte para a comercialização do produto, isto tem causado tamanho clima de desencanto que muitos preferem abandonar a cultura da menta, já que ao final de cada safra ve o seu produto ser violentamente apropriado pelos grupos estrangeiros que atuam na região, impondo preços distorcidos e altamente especulati-

vos. E neste ano de 1972 o problema assumiu níveis praticamente nunca vistos antes, constando de um prejuízo ainda maior para os agricultores.

O lavrador Amaro Gomes Monteiro é um dos pioneiros da cultura da menta no município de Barbosa Ferraz, onde desde 1955 vem desenvolvendo nas suas propriedades o seu plantio. Disse-nos ele que o que se nota é uma violenta situação de empobrecimento do plantador de menta. E afirma: "Em maio de 1971 vendi o quilo de óleo ao preço de Cr\$ 43,50; em maio de 1972, os grupos que monopolizam esse comércio determinaram o preço de compra em torno de Cr\$ 25. Uma situação flagrantemente exploradora.

A solução encontrada pelo lavrador Amaro Gomes Monteiro foi armazenar o produto e aguardar uma possível mudança de preço, ao menos que de para empatar o investimento. Mas, no caso especial desse lavrador, ele pode fazer isso porque tem outras fontes de renda, inclusive agrícolas, pois nas suas propriedades desenvolve, igualmente, a cultura cafeeira e de soja. Porém a mesma solução não poderá encontrar o lavrador de menta que so dependa exclusivamente dessa atividade. Esse não, e é a maioria, terá que entregar o produto ao preço estabelecido pelos compradores, já que sua situação é de quase insolvência e o objetivo imediato é fazer dinheiro para saldar os compromissos contraídos no início da safra.

A cultura da menta é altamente sofisticada, exigindo cuidados especiais e uma presença intensa de mão de obra. Não se pode utilizar em grande escala qualquer forma de mecanização agrícola para o seu trato. É uma cultura muito sensível, e requer o cuidado direto e permanente do homem. Para se ter uma idéia, uma lavoura de menta sendo trabalhada por enxadas e outros apetrechos, durará no máximo 3 anos; se a mesma lavoura manter cuidados especiais com a presença do homem, sua duração poderá atingir até 8 anos. Para uma área cultivada de 50 alqueires, torna-se necessário o uso de pelo menos 22 famílias, num custo dos mais elevados, mas que seria compensador se não houvesse a ação atravessadora dos grupos internacionais que monopolizam o setor. E por outro lado, os desestímulos para a cultura da menta partem até mesmo de setores oficiais. Por exemplo, informou-nos o agricultor Amaro Gomes Monteiro que o financiamento concedido pelos organismos oficiais para o cultivo de 50 alqueires de menta é de Cr\$ 13.000; se na mesma área o plantio fosse de algodão, o financiamento seria de Cr\$ 50.000; e, sendo de soja, em torno de Cr\$ 40.000.

Isto parece traduzir uma verdade: os nossos "tecnoburocratas" não devem imaginar as possibilidades enormes que essa lavoura teria na medida em que fixassem PREÇOS MÍNIMOS e houvesse uma maior intervenção governamental como forma garantidora e protetora dos interesses da lavoura. E há uma falha dupla nesse sentido. Indo desde a retenção de financiamento até a comercialização. Deixando os nossos lavradores como cordeiros para saciarem a fome de lucro e de exploração dos lobos estrangeiros que monopolizam o setor.

É necessário que essa intervenção governamental se processe com urgência no setor, isto porque, na atualidade, além do Brasil responder por 83 por cento da produção mundial, apenas a China Nacionalista cultiva o produto, estando ultimamente o Paraguai desenvolvendo intensos esforços para implantação dessa lavoura, o que demonstra a sua alta rentabilidade. Isto porque, à exceção do café, o paraguai não é muito de investir em lavoura. Preferindo outros tipos de "lavouras" que tem como base de sustentação os aeroportos clandestinos de fronteira...

O nosso Estado tem atualmente, a área de Barbosa Ferraz, Assis Chateaubriand, Fenix etc., o seu grande centro produtor de menta. Mas o trabalho dessa gente está sendo violentamente explorado, não ficando em nenhum momento para esses heróicos produtores os beneficios gerados pela sua atividade anônima. É imperioso que o governo tome conhecimento desses fatos, programe uma ação mais efetiva do Estado brasileiro para proteger os produtores de menta no Paraná. Não é possível que eles fiquem asfixiados a cada final de safra pelas oscilações de preço determinadas pelas organizações que atuam na comercialização e exportação da menta. Não é possível que, em sendo o Brasil o maior produtor de menta do mundo, os lavradores fiquem à mercê dos golpes economicos nem sempre leais (aliás bem desleais) deferidos pelos grupos alienigenas que monopolizam o setor.

O produtor de menta do Brasil quer saber porque a comercialização do produto constitui um verdadeiro mistério, no que diz respeito à lucratividade. Será que se trata de mais um dos milenares mistérios orientais?..."

#### ATAS DAS COMISSÕES:

#### COMISSÃO DE FINANÇAS 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 7.ª LEGISLATURA ATA DA 3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, às 16,15 horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Fuad Nacli, contando com as presenças dos Senhores Deputados João Fadel, Antonio Lopes Junior, Odilon Reinhardt e Antonio Belinati. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: **PROJETO DE LEI N.º 302-67** — de autoria do Senhor Deputado Eurico Batista Rosas que faz incidir sobre o gado, o Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), somente que do seu abate ou saída para fora do Estado, e dá outras providências. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer contrário aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 53-70** — de autoria do Senhor Deputado Armando Queiroz, que cria uma Circunscrição de Transito, abrangendo os Municípios de Quinta do Sol, Fênix e Barbosa Ferraz, com sede no Município de Engenheiro Beltrão. Relator Senhor Deputado Antonio Belinati, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 72-70** — de autoria do Senhor Deputado Tuluio Vargas, que transfere ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação, a rodovia do Município de Guaraniagu, que liga a BR-277, na altura do quilometro 335, numa extensão de 40 quilômetros. Relator Senhor Deputado Antonio Lopes Junior, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 91-70** — de autoria do Senhor Deputado Paulo Poli, que cria uma Escola Normal de Grau Secundário no Município de São João do Caiuá. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 99-70** — de autoria do Senhor Deputado Olivio Belich que autoriza o Secretário da Fazenda a parcelar os débitos de origem fiscal, relacionados ao I.C.M., cujos montantes ultrapassem o valor de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Antonio Lopes Junior, parecer contrário — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 20-71** — de autoria do Senhor Deputado Gilberto Rezende de Carvalho, que cria uma Inspeção Regional de Ensino na sede do Município de São Pedro do Ivai. Relator Senhor Deputado Antônio Belinati, parecer



favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N. 28-71** — de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que cria uma Escola Normal Colegial no Município de Irdianópolis. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N. 147-71** — de autoria do Senhor Deputado Gilberto de Carvalho, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., a estrada que liga S. Pedro do Ivaí a Placa Luar, na forma que especifica. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N. 156-71** — de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, que cria um ginásio no Distrito de Ouro Verde. Município de Corbélia, para funcionar a partir de 1972. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N. 164-71** — de autoria do Senhor Deputado Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo, criar uma Escola Normal, na sede do Município de Mamboré. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável aprovado. **PROJETO DE LEI N. 170-71** — de autoria do Senhor Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo de criar na sede do Município de São Jorge do Ivaí, um Curso Colegial, para funcionar no ano letivo de 1972. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N. 192-71** — de autoria do Senhor Deputado Quilse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo, conceder pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) a Maria Teresa Soares, residente na localidade de Rio Abaixo, no Município de Castro. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N. 195-71** — de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de São Pedro do Paraná, uma Escola Normal de Grau Secundário, para funcionar no próximo ano letivo. Relator Senhor Deputado Antonio Belinati, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N. 218-71** — de autoria do Senhor Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa, que cria uma Inspeção Regional de Ensino na sede do Município de São Jorge do Ivaí. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N. 224-71** — de autoria do Senhor Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo conceder duas pensões mensais de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) a José Boiko e Aná Boiko, residentes em Colônia Retiro, Município de Mandrituba. Relator Senhor Deputado Antonio Lopes Júnior, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N. 239-71** — de autoria do Senhor Deputado Sebastião Rodrigues, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para conservação e melhoria o trecho de estrada com 12km., que passe pelas localidades de Encruzo da Grapia e Porto Bonito, em Estrela do Iguaçu, interligando Três Barras e Catanduvas. Relator Senhor Deputado Antonio Lopes Júnior, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N. 256-71** — de autoria do Senhor Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo, transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Icaraima e Querência do Norte. Relator Senhor Deputado Antonio Belinati, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N. 257-71** — de autoria do Senhor Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Icaraima e Ivaí. Relator Senhor Deputado Antonio Lopes Júnior, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N. 276-71** — de autoria do Senhor Deputado Quilse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Zelía, Município de Astorga, para funcionar no próximo ano letivo. Relator Senhor Deputado Antonio Belinati, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N. 286-71** — de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Técnica de Comércio, na sede do Município de Guapirama. Relator Senhor Deputado Antonio Lopes Júnior, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N. 15-72** — de autoria do Poder Executivo Mensagem 4-72, dispondo sobre a participação do Estado, junto com o Governo Federal, através da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), com o Município de Curitiba e outros, da constituição de uma sociedade de Economia Mista com a finalidade de explorar centrais de abastecimento como especifica. Relator Senhor Deputado Antonio Belinati, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N. 19-72** — de autoria do Senhor Deputado Armando Queiroz, que autoriza o Poder Executivo construir uma unidade escolar com 3 (três) salas de aulas, no Distrito de Malu, Município de Terra Boa. Relator Senhor Deputado Antonio Lopes Júnior, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N. 23-72** — de autoria do Senhor Deputado Domicio Scaramella, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada de rodagem que liga os Municípios de Bituruna e Palmas, passando pelo Distrito de Ubaldino Taques. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N. 28-72** — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 7-72, encaminhando anteprojeto de lei que introduz alterações à Lei n.º 5.971, de 24-7-69, que dispõe, sobre o Fundo de Crédito Agropecuario. Relator Senhor Deputado Antonio Belinati, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N. 33-72** — de autoria do Senhor Deputado David Federmann, que autoriza o Poder Executivo criar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no Município de Telmaco Borba. Relator Senhor Deputado Antonio Lopes Júnior, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N. 50-72** — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 18-72, encaminhando anteprojeto de lei que institui a Fundação do Instituto Agrônomo do Paraná (Fundação IAPAR), com sede e foro na cidade de Londrina e vincula à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Antonio Lopes Júnior, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu, Teresinha Barbosa de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

(aa) FUAD NACLI

Presidente

TERESINHA B. DE M. E CLARO

Secretária

## COMISSÃO DE FINANÇAS

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 7.ª LEGISLATURA  
ATA DA 1.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, às 10 horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Fuad Nacli, contando com as presenças dos Senhores Deputados João Fadel, Antonio Lopes Júnior, Odilon Reinhardt e David Federmann. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: **PROJETO DE LEI N.º 38-69** — de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt, que acresce ao artigo 128, da Lei n.º 5.871, de 6-11-1968, o item que especifica (Proventos de Aposentadoria). Relator Senhor Deputado Odilon Reinhardt, parecer contrário — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 88-70** — de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, que cria uma Escola Normal Regional na sede do Município de Mandrituba. Relator Senhor Deputado David Federmann, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 108-70** — de autoria do Governo do Estado — Mensagem n.º 17-70, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre doação à Fundação "Casa do Estudante Universitário do Paraná", dos lotes n.ºs 6, 7, 8, 9, 10 e 17 do Núcleo Cavoca, Município de Antonina. Relator Senhor Deputado David Federmann, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 307-70** — de autoria do Senhor Deputado Paulo Camargo, que autoriza o Poder Executivo a instituir uma Fundação Educacional, no Município de Cruzeiro do Oeste, com a finalidade de criar, instalar e manter uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Relator Senhor Deputado David Federmann, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 127-71** — de autoria do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva, que cria uma Circunscrição de Trânsito no Município de Cambé, Jaguapitã, Mirassolva, Cafeara e Guaraci. Relator Senhor Deputado David Federmann, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 159-71** — de autoria do Senhor Deputado Domicio Scaramella, que autoriza o Poder Executivo criar no Distrito de São Cristóvão, Município de União um curso ginasial para funcionar no ano letivo de 1972. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 189-71** — de autoria dos Senhores Deputados João Mansur e Borsari Neto, que acresce ao Art. 140, da Lei n.º 6.174, o inciso que especifica. Relator Senhor Deputado David Federmann, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 265-71** — de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, que autoriza o Poder Executivo estadualizar para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga Imbaú à cidade de Telmaco Borba. Relator Senhor Deputado David Federmann, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 269-71** — de autoria do Senhor Deputado Aryzone Araújo, que autoriza o Poder Executivo elevar para Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), a pensão mensal de Ester de Oliveira Ribas, concedida pela Lei n.º 4.302, de 23-12-60. Relator Senhor Deputado David Federmann, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 273-71** — de autoria do Senhor Deputado Quilse C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo construir através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, um prédio para o ginásio estadual da sede do Município de Itaguapé. Relator Senhor Deputado David Federmann, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 292-71** — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 49-71, encaminhando anteprojeto de Lei que institui a Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — I.T.C. — Relator Senhor Deputado Odilon Reinhardt, parecer favorável — aprovado. O Senhor Deputado Antonio Lopes Júnior, aprova com restrição o Inciso IV — do Art. 3.º, porque não consta dotação orçamentária. **PROJETO DE LEI N.º 4-72** — de autoria do Senhor Deputado Paulo Poli, que cria no Município de Marechal Cândido Rondon, o Distrito Judiciário de Entre Rios, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Relator Senhor Deputado David Federmann, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N. 18-72** — de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo conceder uma pensão mensal de Cr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros), ao ex-delegado de polícia Alfredo Soares de Freitas. Relator Senhor Deputado Odilon Reinhardt, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N. 27-72** — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 6-72, encaminhando anteprojeto de Lei, que visa fazer reverter ao Patrimônio do Município de Paranaguá, área de terras que especifica. Relator Senhor Deputado Odilon Reinhardt, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N. 29-72** — de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo construir duas penitenciárias no interior do Estado, e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Odilon Reinhardt, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N. 31-72** — de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo firmar convenio através da Secretaria de Transportes, com a Prefeitura Municipal de Piraquara, para construção de uma ponte em alvenaria sobre o Rio Irai, naquela comuna. Relator Senhor Deputado Odilon Reinhardt, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N. 49-72** — de autoria do Poder Executivo — Mensagem 14-72 — encaminhando anteprojeto de Lei que abre crédito especial de Cr\$ 1.516.290,00 (hum milhão quinhentos e dezesseis mil, duzentos e noventa cruzeiros), à Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes — Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina — A.P.P.A., para despesas com execução da Lei n.º 6.249, de 10.11.71. Relator Senhor Deputado David Federmann, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N. 59-72** — de autoria do Poder Executivo — Ofício 66-72 referente a Mensagem 49-71 que cria o Fundo de Desenvolvimento rural e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Odilon Reinhardt, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N. 60-72** — de autoria do Poder Executivo, ofício 66-72 — referente à Mensagem n.º 49-71, que estabelece a Cota de ocupação de Terras devolutas e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Odilon Reinhardt, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu, Teresinha Barbosa de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

(aa) Fuad Nacli — Presidente

Teresinha Barbosa de Moura e Claro — Secretária